



# ORIGEM

## Origem Energia S.A.

CNPJ: 32.021.201/0001-61

### Mensagem da Administração

O ano de 2025 foi marcado por avanços operacionais e estratégicos, reflexo da otimização de custos, integração financeira e alocação de capital eficiente, do amadurecimento dos processos e foco em segurança operacional e da consolidação de novos projetos alinhados ao nosso modelo de negócios. Demos continuidade aos investimentos nas campanhas de perfuração com vistas a ampliar nossa curva de produção, iniciamos as operações no Terminal MAC11A com ganhos de autonomia no escoamento da produção de óleo e avançamos com os projetos termelétricos e de Estocagem Subterrânea de Gás Natural (ESGN). Concluímos a segunda emissão pública de debêntures simples da Origem Energia S.A. (OGEN), no montante de R\$ 1,4 bilhão, cujos recursos serão destinados a projetos prioritários de gás natural da companhia Polo Alagoas, Polo Tucano Sul e Terminal MAC11A. Posteriormente, realizamos a liquidação das debêntures e notas comerciais emitidas pelas subsidiárias Origem Energia Alagoas S.A. (OGAL) e Origem Energia Portuária S.A. (OGIP), além da aprovação, em Assembleia Geral Extraordinária, da incorporação da OGAL pela OGEN. Essa medida visa simplificar a estrutura societária e concentrar os ativos e operações de Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás em uma única companhia. A efetivação da incorporação permanece condicionada à aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nossa produção média diária atingiu 12,8 mil boe/d, o que representa um aumento de 22% em relação aos resultados de 2024. Este resultado também é reflexo dos importantes avanços registrados pela Origem Energia em sua campanha exploratória com três poços concluídos (ORGM-10, ORGM-3 e ORGM-16) e três poços em perfuração (ORGM-4, ORGM-13 e ORGM-05). O poço ORGM-16 produz 1.069 boe/d, contribuindo de forma relevante para o incremento da produção. Esses resultados operacionais impulsionaram a expansão das margens e do EBITDA, que atingiu R\$ 746,7 milhões em 2025, crescimento de 55% em relação ao ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 1,8 bilhão, aumento de 20% no período, refletindo

a evolução dos volumes produzidos e a captura de ganhos de eficiência operacional. Adicionalmente, a execução de uma estratégia financeira robusta contribuiu para o fortalecimento dos resultados e da posição de liquidez da Companhia. Tal progresso permitiu à companhia dar continuidade ao seu crescimento sustentado através de novos projetos. A aprovação no 4T/2025 da minuta de autorização para o projeto de estocagem subterrânea de gás natural (ESGN) pela ANP – o primeiro projeto do país – é resultado dos investimentos e direcionamento de recursos para a estruturação desta atividade. O início do projeto piloto em 2026 contribuirá para garantir flexibilidade e equilíbrio entre oferta e demanda e, consequentemente, para o amadurecimento do mercado de gás brasileiro. Ainda no contexto de novos projetos e em consonância com nossa estratégia de oferecer soluções para o mercado através de um portfólio diversificado, como evento subsequente vencemos o Leilão de Reserva de Capacidade de Potência 2026 (LRCAP 2026) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em março/2026. Com investimentos estimados em R\$2 bilhões e 380MW de capacidade instalada a companhia irá implantar sete usinas termelétricas em Pilar, Alagoas – sendo as primeiras usinas do estado. Tal resultado reflete o direcionamento de esforços em 2025 para o amadurecimento desta frente, que envolve técnicas flexíveis que podem ser acionadas rapidamente e fornecer potência para a matriz energética brasileira em momentos de pico de demanda e intermitência das energias renováveis. Estes avanços foram acompanhados pelo amadurecimento dos aspectos ambientais, sociais e de governança da companhia (ASG). A 1ª matriz de materialidade e a Estratégia de ASG & Sustentabilidade foram desenvolvidas no ano, contribuindo para a gestão e estratégia corporativa. Especificamente no que tange às diretrizes da IFRS S2, o aprimoramento do inventário de gases de efeito estufa da companhia e o início do estudo de riscos e oportunidades climáticas evidenciam o progresso da agenda de mudanças climáticas e biodiversidade no ano de 2025. Com foco no aprimoramento

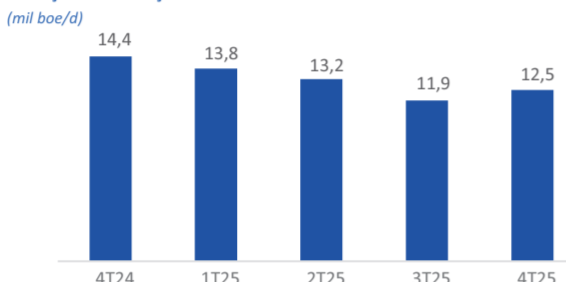
contínuo da Cultura de Segurança da Companhia, no 4T/2025 concluímos o diagnóstico para determinação do nível de maturidade com colaboradores de toda a companhia. Este trabalho fornecerá insumos para o desenvolvimento e implementação do plano de ação em 2026. Na preparação da companhia para resposta a emergências, foram realizados treinamentos e simulados com apoio de consultoria especializada e a adoção de metodologia referência no tema - o ICS (Incident Command System). Nosso planejamento de simulados da companhia foi integralmente atendido em 2025. Nossa gestão de integridade de ativos também foi reconhecida, com a manutenção da certificação de serviços próprios de inspeção de equipamentos (SPIE) sem qualquer não conformidade. Na frente de desenvolvimento social, com investimentos superiores a R\$1,6 bilhão em 2025, os programas estruturantes próprios Origem Educa e Origem Empreende e os projetos financiados do Instituto Reação e Associação Passos Mágicos beneficiaram mais de 6.400 pessoas. A concessão do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização na categoria ouro para a cidade de Pilar - AL pelo Ministério da Educação (MEC) reflete os resultados significativos na educação das escolas do município. Estes expressivos resultados em todas as frentes de atuação da companhia em 2025 são fruto da dedicação diária de todos os nossos colaboradores e parceiros e evidencia que estamos no caminho certo. Seguiremos em 2026 acompanhando as perspectivas e oportunidades do mercado, atentos às influências da instabilidade geopolítica atual sobre a volatilidade dos preços do petróleo e gás natural, para darmos continuidade à esta trajetória de progresso contínuo. Assim, reafirmamos nosso compromisso de oferecer soluções energéticas integradas que contribuam para a segurança e a transição da matriz energética brasileira, com vistas a fomentar competitividade e o desenvolvimento descentralizado do país.

**LUIZ FELIPE COUTINHO MARTINS FILHO**  
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

### Relatório da Administração

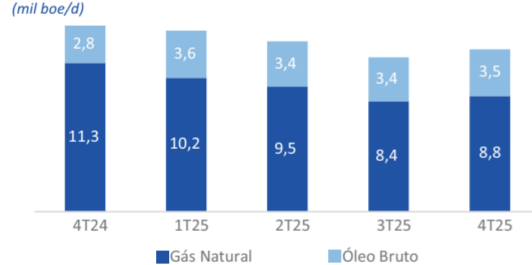
**Desempenho Operacional:** A Companhia registrou, no 4T25 produção média diária de 12,5 mil boe/d, o que representa uma redução de 13,2% em relação ao 4T24, trimestre que apresentou o maior nível de produção da série histórica. Em comparação ao 3T25, a produção apresentou crescimento de 5,1%, refletindo a evolução das atividades operacionais ao longo do período.

Evolução de Produção (mil boe/d)



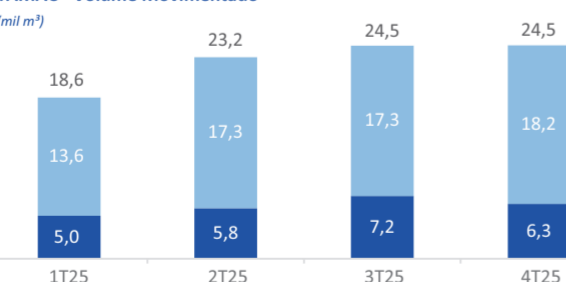
A produção média diária de gás atingiu 9,0 mil boe (1.431 mil m³/d) no 4T25, correspondendo a uma redução de 22,4% em relação ao 4T24. Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento da produção de óleo, decorrente da mudança no perfil de fluido de alguns poços recentemente perfurados. Na comparação com o 3T25, houve um aumento de 11,8%. Já a produção média diária de óleo alcançou 3,5 mil barris por dia (bbl/d) no 4T25, representando um aumento de 24,4% em relação ao 4T24. Em comparação ao 3T25, houve um aumento de 5%. Em relação à composição do portfólio, a produção de gás representou 72% do total no 4T25. Essa concentração está alinhada com a estratégia da Companhia, que tem como objetivo fornecer soluções energéticas em gás, incluindo a exploração de novos poços, estocagem subterrânea de gás, distribuição via LNG e geração termelétrica. **Polo Alagoas:** A Origem Energia Alagoas iniciou a gestão do complexo operacional em fevereiro de 2022. O ativo tem como foco a produção de gás natural e é composto por cinco campos, sendo um deles em águas rasas, com aproximadamente 600 poços já perfurados e equipados, além de 14 blocos exploratórios. Sua localização privilegiada permite que o Polo Alagoas seja transformado em um dos principais hubs de energia do Nordeste, com potencial para geração de energia elétrica, estocagem subterrânea de gás, captura de carbono em campos depletados e liquefação do gás natural, com posterior interiorização em um raio de até 700 quilômetros a partir de Pilar, por meio da operação small scale. Todas essas soluções se somam aos destaques de E&P do ativo, como as sete estações de processamento e coleta, e uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), com capacidade de processar 2 milhões de metros cúbicos por dia. Trata-se de um complexo auto-suficiente e totalmente integrado, conectado à malha de gás da TAG e ao Terminal Portuário de Maceió (TAMAC), gerido pela Companhia a partir de 2025, por meio de 330 quilômetros de dutos. Em 2024, a Companhia firmou com a TAG um acordo não vinculante de parceria estratégica, visando ao desenvolvimento do projeto de estocagem subterrânea de gás natural. O projeto está sendo desenvolvido no Polo Alagoas, Campo de Pilar, e conta com capacidade inicial de estocagem de até 106 MMm³/d, podendo chegar no longo prazo a 500 MMm³/d. Os investimentos estimados podem alcançar US\$ 200 milhões, divididos proporcionalmente entre as duas empresas, considerando a participação de 50% para cada, caso o projeto avance para a fase vinculante. Em dezembro de 2025 a ANP aprovou a minuta de autorização para a fase inicial do projeto, que ainda depende da autorização final pela agência reguladora. Em 2025, o Polo Alagoas alcançou uma produção média total de 12,3 mil boe/d, representando uma redução de 12,8% em relação ao 4T24 e um aumento de 5,1% em comparação ao trimestre anterior. O ano foi marcado pela expansão da campanha exploratória no Campo de Pilar, iniciada em 2024. Desde seu início, cinco poços foram perfurados e concluídos, sendo dois em 2024 e três em 2025. Adicionalmente, três novos poços tiveram sua perfuração iniciada em 2025, com previsão de início de produção ao longo de 2026.

Produção - Polo Alagoas (mil boe/d)



**Polo Tucano Sul:** Localizado no estado da Bahia, o ativo é um polo auto-suficiente e integrado, totalmente conectado à malha de gás da TAG. É composto por quatro blocos exploratórios, quatro campos produtores e 45 poços interligados por uma rede de escoamento de 91 km de dutos. O polo conta ainda com duas Estações de Gás Não-Associado (EGNA) – Conceição e Quererá. A produção do Polo Tucano Sul é integralmente voltada para o gás natural. **TAMAC:** Em fevereiro de 2025, a Origem Portuária assumiu a gestão do Terminal Aquaviário de Maceió (TAMAC) MAC11A, área localizada dentro do Porto de Maceió (AL), destinada à movimentação e armazenagem de graneis líquidos, especialmente combustíveis e petróleo. O ativo representa um marco importante, alinhado ao posicionamento estratégico da Companhia, já que permite que a Origem forneça soluções energéticas integradas. Ao assumir a gestão do TAMAC, a Companhia garante sua independência no escoamento e comercialização da produção de óleo, além de fortalecer sua presença no mercado. Com a assunção do terminal, a Companhia ganha flexibilidade comercial para negociar volumes de óleo e otimizar os cronogramas de expedição de cargas de forma proativa. Além das operações de carregamento e descarregamento pelo modal marítimo, o terminal também possibilita o transporte por modal rodoviário, atendendo principalmente ao etanol, óleo diesel marítimo, gasolina e outros biocombustíveis, como o biodiesel. No último trimestre de 2025, o TAMAC movimentou um volume total de 24,5 mil m³, sendo 18,2 mil m³ de óleo bruto e 6,3 mil m³ de combustíveis. Todo o volume movimentado de óleo bruto é *intercompany*, garantindo eficiência no processo produtivo, desde a extração até o escoamento e carregamento.

TAMAC - Volume Movimentado (mil m³)



**Desempenho Financeiro:** A seguir, são apresentadas as principais informações financeiras consolidadas da Companhia.

Demonstração de Resultado Em milhares de reais	4T25		4T24		Δ	2025		2024		Δ
	Qtd	%	Qtd	%		Qtd	%	Qtd	%	
Receita líquida	404.733	100,0%	451.243	100,0%	-10%	1.784.893	100,0%	1.484.842	100,0%	20%
Custo dos produtos vendidos	(223.914)	(55,4%)	(199.614)	(44,3%)	12%	(1.000.491)	(56,1%)	(908.362)	(61,2%)	10%
<b>Lucro bruto</b>	<b>180.819</b>	<b>44,6%</b>	<b>251.629</b>	<b>55,8%</b>	<b>-28%</b>	<b>784.402</b>	<b>43,9%</b>	<b>576.480</b>	<b>39,1%</b>	<b>36%</b>
Despesas gerais e administrativas	(47.610)	(11,8%)	(54.673)	(12,1%)	-13%	(218.912)	(12,3%)	(220.366)	(14,8%)	-1%
Outras receitas e despesas	3.649	(0,9%)	(4.092)	(0,9%)	—	13.023	(0,7%)	(2.803)	(0,2%)	—
<b>Lucro Operacional</b>	<b>136.858</b>	<b>33,8%</b>	<b>192.864</b>	<b>42,9%</b>	<b>-29%</b>	<b>578.513</b>	<b>32,4%</b>	<b>353.311</b>	<b>23,8%</b>	<b>64%</b>
Resultado Financeiro	(98.511)	(24,3%)	(793.810)	(17,6%)	-88%	(69.831)	(3,9%)	(1.137.476)	(76,7%)	—
<b>Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre lucro</b>	<b>38.347</b>	<b>9,5%</b>	<b>(600.946)</b>	<b>(133,3%)</b>	<b>—</b>	<b>648.344</b>	<b>36,4%</b>	<b>(784.165)</b>	<b>(52,8%)</b>	<b>—</b>
Imposto de renda e contribuição social	(5.760)	(1,4%)	212.034	(47,2%)	—	(95.800)	(5,3%)	271.824	(18,3%)	—
<b>Lucro Líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>32.587</b>	<b>8,1%</b>	<b>(388.912)</b>	<b>(86,4%)</b>	<b>—</b>	<b>552.544</b>	<b>31,0%</b>	<b>(512.341)</b>	<b>(34,5%)</b>	<b>—</b>

**Receita Líquida:** A receita líquida consolidada do 4T25 totalizou R\$ 404.733, representando uma redução de 10% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a receita líquida atingiu R\$ 1,8 bilhão, o maior valor registrado desde o início das operações da Companhia, representando crescimento de 20% em relação a 2024. Esse desempenho foi impulsionado pelo aumento do volume produzido e comercializado ao longo do ano, decorrente da entrada em operação de novos poços operacionais no âmbito da campanha exploratória no Polo Alagoas, bem como por intervenções bem-sucedidas em poços existentes que contribuíram para a sustentação dos níveis de produção. No comparativo anual, a produção média anual cresceu em 22%, de 10,5 mil boe/d para 12,8 mil boe/d. Esse aumento foi parcialmente compensado pelo valor menor do Brent, principal indexador das operações de venda da Companhia, que teve queda de 11%. A maior parte da receita da Companhia decorre da comercialização de gás natural e petróleo produzido no Polo Alagoas, além da venda de GLP, CS+ e outros derivados. Adicionalmente, uma parcela menor da receita está relacionada às atividades de armazenagem e movimentação de graneis líquidos no Terminal Aquaviário de Maceió (TAMAC). **Custos e Despesas (Opex):** O custo dos produtos vendidos (CPV) totalizou R\$ 223,9 milhões no 4T25, representando um aumento de 12% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, os custos totalizaram R\$ 1,0 bilhão, aumento de 10% frente ao exercício de 2024. Esse aumento reflete principalmente o maior volume produzido e comercializado no período, impactando diretamente custos variáveis como royalties, e depreciação, os quais possuem correlação direta com o nível de produção. Apesar dos aumentos dos custos, a margem bruta evoluiu positivamente, passando de 39% em 2024 para 44% em 2025, aumento de 5 p.p., refletindo ganhos de eficiência operacional e melhor diluição de custos fixos decorrente do aumento da produção. As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 218,9 milhões em 2025, redução de 1% em relação a 2024. Essa redução decorre principalmente de menores gastos com honorários advocatícios, consultorias especializadas, despesas com viagens e outros serviços administrativos, resultado de iniciativas adotadas pela Companhia ao longo do exercício com foco na disciplina de custos e otimização da estrutura operacional. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas despesas com pessoal e pelo crescimento das despesas de depreciação e amortização, decorrentes da expansão das atividades operacionais. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido do 4T25 foi negativo em R\$ 98,5 milhões, comparado ao resultado negativo de R\$ 793,8 milhões no 4T24. O desempenho do trimestre é explicado, principalmente: (i) pelas despesas com juros sobre debêntures no montante de R\$ 107,5 milhões; (ii) pelo resultado líquido negativo de R\$ 33,8 milhões relacionado a instrumentos de swap associados às debêntures da Companhia; parcialmente compensados (iii) pelas receitas financeiras de R\$ 39,9 milhões provenientes de aplicações financeiras e (iv) pelo impacto líquido positivo de R\$ 11,8 milhões relacionado a swaps vinculados a aplicações financeiras (COBs). No acumulado de 2025, o resultado foi positivo em R\$ 70 milhões contra um resultado negativo de 1,1 bilhão. Essa variação reflete, principalmente, os efeitos da apreciação do real frente ao dólar ao longo de 2025 e os impactos da marcação a mercado dos derivativos financeiros contratados para proteção cambial do endividamento da Companhia. O desempenho do exercício é explicado, principalmente: (i) pelo resultado líquido positivo de R\$ 467,8 milhões relacionado a instrumentos de swap e variações monetárias associados às debêntures e empréstimos da Companhia; (ii) pelas receitas financeiras de R\$ 123,3 milhões provenientes de aplicações financeiras; parcialmente compensados (iii) por despesas com juros e outros custos relacionados às debêntures e empréstimos no montante de R\$ 398,4 milhões e (iv) pelo impacto líquido negativo de R\$ 113,6 milhões relacionado a swaps vinculados a aplicações financeiras (COBs).

### EBITDA e Margem EBITDA (Em milhares de reais)

	4T25	4T24	Δ	2025	2024	Δ
<b>Lucro Líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>32.587</b>	<b>(388.912)</b>	<b>-108%</b>	<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>	<b>-208%</b>
Imposto de renda e contribuição social	5.760	(212.034)	—	95.800	(271.824)	—
Resultado Financeiro	98.511	793.810	-88%	(69.831)	1.137.476	—
Depreciação e Amortização	41.987	40.048	5%	168.181	128.452	31%
<b>EBITDA</b>	<b>178.845</b>	<b>232.912</b>	<b>-23%</b>	<b>746.694</b>	<b>481.763</b>	<b>55%</b>
Margem EBITDA	44,2%	51,6%	—	41,8%	32,4%	—
Gastos não recorrentes	—	6.058	-100%	—	95.017	-100%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>178.845</b>	<b>238.970</b>	<b>-25%</b>	<b>746.694</b>	<b>576.780</b>	<b>29%</b>
Margem EBITDA ajustado	44,2%	53,0%	—	41,8%	38,8%	—

O EBITDA da Companhia totalizou R\$ 178,8 milhões no 4T25, representando redução de 23% em relação ao 4T24. A margem EBITDA apresentou redução no período, passando de 51,6% no 4T24 para 44,2% no 4T25, refletindo principalmente a redução da receita no trimestre. No acumulado de 2025, o EBITDA atingiu R\$ 746,7 milhões, representando crescimento de 55% em relação a 2024 e configurando o maior EBITDA anual desde o início das operações da Companhia. A margem EBITDA também apresentou evolução relevante, passando de 32,4% em 2024 para 41,8% em 2025, refletindo o maior volume de produção e comercialização ao longo do período e os esforços contínuos de eficiência e otimização de custos. Quando comparado ao EBITDA Ajustado de 2024, que exclui os efeitos das compras extraordinárias de gás realizadas entre junho e agosto daquele ano, decorrentes da interrupção operacional no Polo Alagoas, o EBITDA de 2025 ainda apresenta crescimento de 29%. Esse desempenho evidencia o fortalecimento da capacidade operacional da Companhia, aliado à disciplina na gestão de custos e à geração consistente de resultados operacionais. **Sustentabilidade & ASG:** Em 2025, a companhia consolidou sua estratégia de ASG e Sustentabilidade e concluiu o estudo da matriz de materialidade com apoio de consultoria especializada, identificando os principais desafios, impactos, riscos e oportunidades. As etapas

de construção da dupla materialidade, incluíram (i) identificação inicial de 12 temas materiais com base frameworks e Benchmark, (ii) consulta aos stakeholders internos e externos, com a realização de 42 entrevistas e o preenchimento de 434 formulários, (iii) Priorização dos temas com foco na materialidade de impacto na materialidade financeira, e (iv) definição e priorização dos impactos, riscos e oportunidades e identificação dos riscos críticos. Essas atividades permitiram o avanço da agenda ASG da organização, conferindo maior consistência às próximas ações sobre o tema e preparando a companhia para aderir às diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 193/23 e aos padrões da *International Financial Reporting Standards (IFRS) S1 e S2*. Reafirmamos nosso compromisso com o contínuo aprimoramento da cultura de segurança e concluímos no 4T/2025 o diagnóstico para determinação do nível de maturidade, com colaboradores de toda a companhia. Este diagnóstico trará subsídios para definição de planos de ação para fortalecer nossos processos nos próximos anos. Também ampliamos essa cultura na cadeia de valor por meio do Plano de Desenvolvimento de Parceiros, que dissemina boas práticas entre nossos fornecedores. Na preparação da companhia para resposta a emergências, foram realizados treinamentos e simulados com apoio de consultoria especializada e a adoção de metodologia referência no tema - o ICS (Incident Command System). Nosso foco em eficiência e segurança operacional foi reconhecido através da manutenção da certificação SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos) do Polo Alagoas. O processo verificou o cumprimento das portarias Inmetro nº 537 e nº 582, resultando em parecer favorável, sem registro de não conformidades, com o SPIE, a Origem Energia estabelece um sistema próprio de inspeção, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços e da segurança operacional. Como forma de fortalecer sua gestão climática, a companhia aprimorou seu inventário de gases de efeito estufa (GEE), reavaliando suas emissões de escopos 1 e 2 e iniciando a incorporação das emissões de escopo 3 associadas à sua cadeia de valor. Contribuímos para iniciativas setoriais, participando do 3º Inventário Setorial do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e do Programa NAVE, iniciativa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), gerido pelo hub de inovação IUP do referido instituto. Através desta iniciativa, que conecta startups e empresas do setor de energia para o desenvolvimento de soluções inovadoras voltadas a desafios tecnológicos da indústria, estamos trabalhando em conjunto com a ANP e empresas parceiras no monitoramento de emissões fugitivas de metano no Polo Alagoas. Em 2025, também teve início o trabalho de mapeamento dos riscos climáticos físicos e de transição para uma economia de baixo carbono, bem como das oportunidades associadas à transição energética. Todas essas atividades evidenciam o progresso da agenda de mudanças climáticas e biodiversidade da companhia, conectadas ao atendimento dos requisitos da norma IFRS S2. A Origem Energia também deu continuidade às suas ações com foco no desenvolvimento regional sustentável. No 4T/2025 foi concluído o Diagnóstico Socioeconômico e Mapeamento de Comunidades na Bahia, com o apoio de consultoria especializada. As atividades incluíram visitas e rodas de conversa, proporcionando uma escuta ativa de 35 comunidades do entorno do Polo Tucano Sul. Esse estudo, já concluído no Polo Alagoas em 2024, reforça o compromisso da companhia no engajamento com stakeholders locais e amplia o conhecimento sobre os territórios de atuação da Origem Energia, fornecendo subsídios para as ações futuras. Com investimentos superiores a R\$1,6 bilhão em 2025, os programas estruturantes próprios Origem Educa e Origem Empreende e os projetos financiados do Instituto Reação e Associação Passos Mágicos beneficiaram mais de 6.400 pessoas. No 4T/2025 foram realizadas visitas de engajamento nas seis comunidades participantes do Origem Empreende, na Bahia. No âmbito do Programa, ao longo de 2025 foram realizadas 9 capacitações técnicas e de empreendedorismo e 75 oficinas de inclusão produtiva. Além disso, ocorreram três Feiras do Empreendedor, voltadas à promoção da cultura empreendedora na região e à geração de renda local, iniciativa conjunta das comunidades de Conceição de Cima e Conceição Primeira. Ao longo de 2025, o Origem Educa registrou avanço no desempenho dos alunos em alfabetização em língua portuguesa, com crescimento de 28,6 pontos percentuais no último teste de avaliação em relação ao primeiro, aplicado no início do ano. O município também apresentou resultado positivo no Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas (SAVEAL), registrando crescimento de 60 pontos em língua portuguesa no 2º ano do ensino fundamental e de 96 pontos em matemática, alcançando 644 e 613 pontos, respectivamente (resultados que consideram o Índice de Respostas Satisfatórias - IRS e os itens de Resposta Construída - IRC). Com isso, o município atingiu 73% dos estudantes acima do nível básico em língua portuguesa e 92% em matemática. No 4T/2025 foi realizado, no município de Pilar, o Seminário de Experiências Inspiradoras em Alfabetização Alfa e Beta - Alagoas, com o objetivo de compartilhar experiências e reconhecer iniciativas e práticas pedagógicas inovadoras na alfabetização estruturada na metodologia Alfa e Beta, que possam ser replicadas e adaptadas nos sistemas públicos de ensino do estado de Alagoas. A iniciativa, que contou com a participação de diretores e coordenadores de escolas municipais, irá fortalecer as ações do programa Origem Educa. Os resultados dos esforços do programa também podem ser observados na conquista do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, na categoria ouro, concedido à cidade de Pilar (AL) pelo Ministério da Educação (MEC), em reconhecimento às iniciativas voltadas à alfabetização na idade certa.



Origem Educa: Seminário de Experiências Inspiradoras em Alfabetização Alfa e Beta realizado em dezembro/2025 - Alagoas



Origem Empreende: Visitas às comunidades participantes do programa em dezembro/2025 - Bahia

**Diversidade e Equidade:** No que tange aos aspectos de Diversidade, Equidade & Inclusão (DEI), tema material para a companhia e que compõe sua Estratégia de ASG & Sustentabilidade, a Origem Energia reforça seu posicionamento de que todas as pessoas devem ter oportunidades iguais para desenvolver seu potencial e alcançar a excelência no desempenho de suas funções. Reforçamos nosso compromisso com a transparência e em atendimento às recentes alterações na legislação societária, apresentamos a seguir os indicadores de diversidade de gênero da companhia.

### i) Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos.

Nível hierárquico	2025				2024			
	Mulheres Qtd	Homens Qtd	Total Qtd	%	Mulheres Qtd	Homens Qtd	Total Qtd	%
<b>Conselho Administração</b>	1	16,7%	5	83,3%	6	100,0%	1	20,0%
<b>Diretoria Estatutária</b>	1	33,3%	2	66,7%	3	100,0%	1	33,3%
<b>Diretores</b>	3	33,3%	6	66,7%	9	100,0%	3	33,3%
<b>Gerentes</b>	15	28,8%	37	71,2%	52	100,0%	14	29,8%
<b>Coordenadores e especialistas</b>	38	39,6%	58	60,4%	96	100,0%	36	37,9%
<b>Supervisores e Fiscais</b>	8	11,3%	63	88,7%	71	100,0%	7	9,2%
<b>Engenheiros</b>	32	45,1%	39	54,9%	71	100,0%	31	43,6%
<b>Analistas</b>	44	45,8%	52	54,2%	96	100,0%	31	40,8%
<b>Assistentes, e demais funções operacionais</b>	85	15,3%	469	84,7%	554	100,0%	83	14,7%
<b>Aprendiz</b>	12	60,0%	8	40,0%	20	100,0%	14	63,6%
<b>Estagiários</b>	30	55,6%	24	44,4%	54	100,0%	62	61,4%
<b>TOTAL</b>	<b>269</b>	<b>26,1%</b>	<b>763</b>	<b>73,9%</b>	<b>1032</b>	<b>100,0%</b>	<b>283</b>	<b>26,7%</b>

### ii) Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos de administração

Nível hierárquico	2025				2024			
	Mulheres Qtd	Homens Qtd	Total Qtd	%	Mulheres Qtd	Homens Qtd	Total Qtd	%
<b>Conselheiros</b>	1	16,7%	5	83,3%	6	100,0%	1	20,0%

**Origem Energia S.A. - CNPJ: 32.021.201/0001-61**

**Balanco patrimonial Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	3	835.282	695.122	1.133.360	794.909	Fornecedores	16	10.034	14.061	199.518	157.869
Caixa restrito	-	484	438	8.468	6.736	Obrigações trabalhistas	17	18.642	18.432	67.132	56.044
Contas a receber com terceiros	4	1.568	1.857	179.003	213.928	Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	35.709	-
Contas a receber com partes relacionadas	24	40.033	6.058	-	-	Outros tributos a recolher	18	3.406	4.900	18.299	33.070
Dividendos e JCP a receber	5	286.152	170.836	-	-	Dividendos e JCP a pagar	23	226.590	121.499	226.590	121.499
Instrumentos financeiros derivativos	6	42.393	13.863	56.762	275.13	Adiantamento de clientes	24	-	342	495	1.184
Estoques	7	2.416	814	135.606	129.670	Contas a pagar com partes relacionadas	19	42.811	18.500	42.811	238.922
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	113.602	77.544	160.580	85.750	Empréstimos	20	-	-	-	74.551
Outros tributos a recuperar	8	6.894	1.396	86.980	165.846	Instrumentos financeiros derivativos	6	35.455	-	52.001	20.821
Despesas antecipadas	-	1.051	832	4.846	2.771	Incentivos de longo prazo	22	33.729	-	33.729	-
Adiantamentos	9	1.174	2.743	5.196	7.997	Passivo de arrendamentos	15	1.329	1.158	13.667	27.151
Cauções de depósitos vinculados	10	-	-	19.156	22.977	<b>Não circulante</b>					
		<b>1.331.049</b>	<b>971.503</b>	<b>1.789.957</b>	<b>1.458.097</b>	Fornecedores	16	-	-	33.027	-
<b>Não circulante</b>						Provisão de abandono	21	10.805	9.569	98.101	78.023
Contas a receber com terceiros	4	-	-	776	-	Debêntures	19	3.613.401	2.566.130	3.613.401	3.048.319
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	469.124	360.791	531.907	405.659	Empréstimos	20	-	-	-	155.346
Adiantamento para futuro aumento de capital	24	20	574	-	-	Passivo de arrendamentos	15	2.086	3.363	31.360	8.850
Adiantamentos	9	185	855	18.664	89.812	Incentivos de longo prazo	22	-	25.090	-	25.090
		<b>469.329</b>	<b>362.220</b>	<b>551.347</b>	<b>495.471</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	101.618	1.389	312.593	125.335
Investimentos	12	3.555.825	2.269.277	-	-	Provisão para contingências	30	-	-	11	125
Imobilizado	13	89.259	94.057	3.462.347	2.877.213	<b>Patrimônio líquido</b>					
Direitos de uso	15	2.440	3.400	94.451	31.148	Capital social	23	1.032.081	1.054.281	1.032.081	1.054.281
Intangível	14	20.608	27.326	238.945	253.620	Ajuste de avaliação patrimonial	-	(877)	(877)	(877)	(877)
		<b>4.137.461</b>	<b>2.756.280</b>	<b>4.347.090</b>	<b>3.657.452</b>	Reserva de investimentos	23	22.125	-	22.125	-
<b>Total do ativo</b>		<b>5.468.510</b>	<b>3.727.783</b>	<b>6.130.747</b>	<b>5.115.549</b>	Prejuízos acumulados	23	315.274	-	315.274	-
						<b>Patrimônio líquido atribuível aos controladores</b>					
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>					
								<b>3.727.910</b>	<b>2.605.541</b>	<b>4.078.493</b>	<b>3.441.088</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**  
(Em milhares de reais - R\$)

Recursos	Nota	Controladora		Consolidado		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
Recursos líquidos	25	15.114	30.886	1.784.893	1.484.842	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	552.544	(512.341)	552.544	(512.341)
Custos dos produtos vendidos	26	(22.945)	(35.490)	(1.000.491)	(908.362)	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-
<b>Resultado bruto</b>		<b>(7.831)</b>	<b>(4.604)</b>	<b>784.402</b>	<b>576.480</b>	<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>		<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>	<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>
Despesas gerais e administrativas	27	(42.735)	(65.669)	(218.912)	(220.366)	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas					
Resultado de equivalência patrimonial	12	574.232	86.195	-	-	<b>Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024</b> (Em milhares de reais - R\$)					
Outras receitas e despesas	-	2.223	(5.249)	13.023	(2.803)						
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>525.889</b>	<b>10.673</b>	<b>578.513</b>	<b>353.311</b>						
Receitas financeiras	28	914.809	438.627	1.191.626	544.791						
Despesas financeiras	28	(896.258)	(1.270.198)	(1.121.795)	(1.682.267)						
<b>Resultado financeiro</b>		<b>18.551</b>	<b>(831.571)</b>	<b>69.831</b>	<b>(1.137.476)</b>						
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>544.440</b>	<b>(820.898)</b>	<b>648.344</b>	<b>(784.165)</b>						
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	-	6	(34.789)	2.479						
Impostos de renda e contribuição social diferido	11	8.104	308.551	(61.011)	269.345						
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>	<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>						
Atribuído aos controladores	-	552.544	(512.341)	552.544	(512.341)						
<b>Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação</b>		<b>0,60</b>	<b>(0,55)</b>	<b>0,60</b>	<b>(0,55)</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)**

Capital social integralizado	Reservas legais	Reservas de lucro	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
1.344.759	27.782	374.505	(877)	1.746.169	1.344.759	27.782	374.505	(877)	1.746.169
(290.478)	-	-	-	(290.478)	(290.478)	-	-	-	(290.478)
-	-	-	(512.341)	(512.341)	-	-	-	(512.341)	-
-	(27.782)	(374.505)	402.287	-	-	-	-	402.287	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.054.281</b>	-	(877)	(110.054)	<b>943.350</b>	<b>1.054.281</b>	-	(877)	<b>943.350</b>
Redução de capital (Nota 23.1)	(22.200)	-	-	-	(22.200)	(22.200)	-	-	(22.200)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	552.544	552.544	-	-	552.544	-
Constituição de reservas (Nota 23.4)	-	22.125	315.274	(337.399)	-	-	22.125	315.274	(337.399)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	(105.091)	(105.091)	-	-	-	(105.091)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.032.081</b>	<b>22.125</b>	<b>315.274</b>	<b>(877)</b>	<b>1.368.603</b>	<b>1.032.081</b>	<b>22.125</b>	<b>315.274</b>	<b>(877)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2024**  
(Em milhares de reais - R\$)

Recursos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Recursos	20	20.913	33.222	2.153.334	1.824.082
Venda de mercadorias, produtos e serviços	19	19.146	38.987	2.151.567	1.830.140
Outras receitas	17	1.767	(5.765)	1.767	(6.058)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(34.992)</b>	<b>(37.663)</b>	<b>(710.159)</b>	<b>(709.191)</b>
Custo dos produtos vendidos	17	(17.235)	(19.572)	(605.469)	(592.000)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	17	(17.757)	(18.091)	(104.690)	(117.191)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(14.079)</b>	<b>(4.441)</b>	<b>1.443.175</b>	<b>1.114.891</b>
Depreciação e amortização	13	(15.979)	(12.694)	(168.180)	(128.452)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>(30.058)</b>	<b>(17.135)</b>	<b>1.274.995</b>	<b>986.439</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>1.489.497</b>	<b>525.339</b>	<b>1.202.874</b>	<b>547.921</b>
Resultado de equivalência patrimonial	12	574.232	86.195	-	-
Receitas financeiras	28	914.809	438.627	1.191.626	544.791
Outras	28	456	517	11.248	3.130
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>1.459.439</b>	<b>508.204</b>	<b>2.477.869</b>	<b>1.534.360</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>1.459.439</b>	<b>508.204</b>	<b>2.477.869</b>	<b>1.534.360</b>
<b>Pessoal</b>		<b>11.528</b>	<b>41.234</b>	<b>228.092</b>	<b>216.039</b>
Remuneração direta	7	2.791	32.655	160.681	152.083
Benefícios	7	7.034	6.934	58.220	55.242
FCT's	7	1.703	1.645	9.191	8.713
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		<b>(3.297)</b>	<b>(294.121)</b>	<b>490.299</b>	<b>79.869</b>
Federais	6	(6.111)	(299.600)	277.464	(118.120)
Estaduais	6	2.649	5.049	211.733	196.747
Municipais	6	165	430	1.102	1.242
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		<b>896.664</b>	<b>1.273.432</b>	<b>1.206.934</b>	<b>1.750.793</b>
Outros	1	1.234	2.340	77.446	58.770
Aluguéis	1	1.234	2.340	77.446	58.770
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>	<b>552.544</b>	<b>(512.341)</b>
Dividendos	10	105.091	-	105.091	-
Lucros retidos e (prejuízos) do exercício	10	447.453	(512.341)	447.453	(512.341)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais - R\$)**

**1. Contexto operacional:** A Origem Energia S.A. ("Origem Energia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro. A Companhia atua no setor de óleo e gás com foco no redensolvimento de campos maduros em produção de petróleo e gás natural no Brasil, tendo por objeto a exploração, produção, processamento e comercialização de petróleo e gás natural, a prestação de serviços de apoio à extração de petróleo e gás natural, assim como desenvolvimento de projetos para futura geração e comercialização de energia elétrica. Para efeitos destas demonstrações financeiras, a Origem Energia S.A. e suas controladas são denominadas, isoladamente ou em conjunto, "Companhia" ou "Grupo", respectivamente. Polo Tucano Sul. A Origem Energia detém os contratos de concessão dos campos de Conceição, Fazenda Matinha, Fazenda Santa Rosa e Quererá, os quais são conjuntamente denominados "Polo Tucano Sul", localizados no Estado da Bahia. O polo opera com a extração de gás natural e condensado de gás. O prazo de concessão de toda a área é até 2045. Os campos encontram-se em fase de produção. Polo Alagoas. A controlada Origem Energia Alagoas S.A. ("Origem Alagoas"), detém os contratos de concessão dos campos de Anambé, Arapaçu, Furado, Paru e Pilar, todos localizados na região leste do Estado de Alagoas. Com exceção de Paru, com um poço produtor de gás localizado em águas rasas, os demais estão em áreas terrestres, os quais são conjuntamente denominados "Polo Alagoas". O prazo de concessão é até 2052 para Furado e Pilar, até 2039 para Arapaçu e Paru e até 2032 para Anambé. Os campos encontram-se em fase de produção. Em 2024 a Companhia iniciou campanhas de perfuração no Polo Alagoas que se provaram bem-sucedidas, com o início de produção de dois novos poços, ORGM1 (Moco) e ORGM2 (Preá). O poço ORGM10, também iniciado em 2024, foi concluído em 2025. Em 2025 foram iniciadas as perfurações de cinco poços. ORGM03 e ORGM16 foram concluídos e entraram em produção ainda em 2025. Já os poços ORGM13, ORGM04 e ORGM05 têm previsão de conclusão em 2026. No terceiro trimestre de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Origem Alagoas pela Origem Energia, sua controladora direta. A operação está condicionada à aprovação pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), conforme previsto no Protocolo e Justificação da Incorporação, o qual estabelece determinadas condições suspensivas. Após a verificação e aprovação dessas condições, a incorporação será concluída, com a consequente extinção da Origem Alagoas e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela Origem Energia, conforme comunicado ao mercado por meio de Fato Relevante divulgado em setembro de 2025. Demais áreas de concessão. A Companhia também detém as concessões para exploração de petróleo e gás natural das seguintes áreas: a) áreas compostas por Fazenda Gameleira (Bacia do Recôncavo) e Tiziu (Bacia do Potiguar). A concessão para exploração dessas áreas tem duração de 15 anos. Os campos encontram-se em fase de reabilitação. b) 14 blocos na Bacia de Sergipe-Alagoas e 4 blocos na Bacia de Tucano. A fase de exploração, para toda a área de concessão, tem duração prevista de 5 e 6 anos respectivamente, e de 27 anos para a fase de produção para ambas as áreas de concessão. Os campos encontram-se em fase exploratória. Terminal no Porto de Alagoas. Em 2023, a controlada Origem Energia Infraestrutura Portuária S.A. ("Origem Infraestrutura Portuária S.A.", "Origem Infraestrutura Portuária") arrematou a área MAC11A do Terminal Aquaviário de Maceió ("TAMAC"), localizada no Porto Organizado de Maceió. Em 17 de fevereiro de 2025, a Origem Infraestrutura Portuária S.A. assumiu o TAMAC, terminal destinado à movimentação e armazenagem de grãos líquidos, especialmente combustíveis e petróleo. O total pago até 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 56.903, foi alocado como direito de uso pelo arrendamento da área portuária (notas explicativas 9 e 15). Além disso, a Origem Infraestrutura adquiriu, um conjunto de tanques, e equipamentos agregados a eles, para armazenamento de combustíveis claros, no valor total de R\$ 66.054, em quatro parcelas anuais iguais até 2026, alocados no imobilizado (nota explicativa 13). Estocagem Subterrânea de Gás Natural - ESGN. Em março de 2024, a Origem Energia assinou junto à Transportadora Associada de Gás ("TAG") acordo não-vinculante para desenvolvimento do projeto de estocagem de gás natural no campo de Pilar, no Polo Alagoas. O projeto possui capacidade inicial de estocagem prevista em 106 milhões de m³/ano de gás natural, podendo chegar no longo prazo a 500 milhões de m³/ano. Os investimentos estimados do projeto podem alcançar 200 milhões de dólares, sendo divididos proporcionalmente à participação de 50% de cada uma das empresas, caso o projeto

avance para uma proposta vinculante. Em dezembro de 2025 a ANP aprovou a minuta de autorização para a fase inicial do projeto, que ainda depende da autorização final com a agência reguladora. Programa de trabalho inicial. No encerramento do exercício de 2025, a Companhia não possuía mais obrigações a serem cumpridas relativas ao Programa de Trabalho Inicial ("PTI") dos contratos de concessão adquiridos através de Ofertas Permanentes da ANP. Programa exploratório mínimo. Como acordado nos contratos de concessão através de Ofertas Permanentes da ANP, a Origem Energia deverá executar as obrigações relativas ao Programa exploratório mínimo ("PEM") integralmente durante a fase de exploração dos campos. A seguir está a composição das garantias estabelecidas para o PEM:

Valor do programa exploratório (Em milhares de reais)	Garantia do programa exploratório mínimo (Em milhares de reais)	Prazo da fase de exploração
Sergipe-Alagoas	18.416	5.997
Tucano	12.984	3.173
<b>Total</b>	<b>31.400</b>	<b>9.170</b>

**Estrutura organizacional.** A Origem Energia é controladora, direta ou indiretamente, de 100% do capital social das seguintes sociedades: Origem Energia Alagoas S.A. ("Origem Alagoas"), Origem Energia Pilar S.A. ("Origem Pilar"), Origem Energia Infraestrutura Portuária S.A. ("Origem Infraestrutura Portuária"), Alpha LNG Ltda ("Alpha LNG"), Gen Estocagem de Gás Natural S.A. ("Gen") e Polarcus Serviços Geofísicos do Brasil Ltda. ("Polarcus").

**Organograma Grupo Origem**

**Composição Acionária**

100%	100%	100%	100%
Alpha LNG Ltda.	Origem Energia Infraestrutura Portuária S.A.		

→ continuação

**Origem Energia S.A. - CNPJ: 32.021.201/0001-61**

contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia, cuja autorização para sua emissão foi dada em 26 de março de 2026, pelo Conselho de Administração. 2.2. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Origem Energia e de suas controladas. O controle é obtido quando a entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma investida para auferir benefícios de suas atividades. A Companhia entende que controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ao direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente consolidados, a partir da data da efetiva aquisição, alienação e incorporação, quando aplicável. Nas demonstrações financeiras individuais da Origem Energia o resultado do exercício das controladas diretas e indiretas é reconhecido através do método de equivalência patrimonial, já as variações no percentual de participação societária em suas controladas, sem que haja perda no controle, são reconhecidas como transações patrimoniais. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem:

Companhia	31/12/2025	31/12/2024
Origem Energia Alagoas S.A.	100%	100%
Origem Energia Pilar S.A.	100%	100%
Origem Energia Infraestrutura Portuária S.A.	100%	100%
Alpha LNG Ltda	100%	100%
Gen Estocagem de Gás Natural S.A.	100%	100%
Polarcrus Serviços Geofísicos do Brasil Ltda	100%	100%

As datas das demonstrações financeiras são coincidentes para todas as investidas que compõem as demonstrações financeiras consolidadas, bem como as políticas contábeis adotadas em suas demonstrações financeiras são uniformes às da controladora. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação. A Administração definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como "Moeda Funcional", para o Grupo, uma vez que esta é a moeda corrente no ambiente primário em que o Grupo está inserido. O real é, também, a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras. 2.4. Transações em moeda estrangeira. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional de acordo com a taxa de câmbio na data da transação. As diferenças encontradas são reconhecidas no resultado do exercício na linha de receita ou despesa financeira. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto e longo prazo. Aplicações financeiras são consideradas como equivalentes de caixa pela Companhia quando possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, considerando-se três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.6. Caixa restrito. O caixa restrito são depósitos mantidos com a finalidade de garantir compromissos com superfícies não identificadas ou identificadas que tenham pendências cadastrais ou de regularização, e compõem-se de aplicações em poupança com liquidez vinculada ao cumprimento de suas obrigações e risco insignificante de mudança de valor. 2.7. Contas a receber de clientes. As contas a receber de clientes se referem aos valores recebíveis pelos produtos vendidos e serviços realizados no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém contas a receber de clientes para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; portanto, essas contas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas de crédito estimadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são demonstradas como ativos não circulantes. Para contas a receber de clientes a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo de perdas de crédito esperadas (PCE), permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 48, com base em dados históricos obtidos pelo Grupo. Nenhuma perda de crédito esperada foi reconhecida no exercício, pois a Administração considera que o risco de inadimplência dos seus créditos é baixo, uma vez que, a Companhia fornece insumo para clientes que não tem histórico de inadimplência. 2.8. Estoques. Os estoques são avaliados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: • Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e • Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de produção com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. 2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e incentivos fiscais. Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e com base na compensação de prejuízos fiscais e base de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. a) Incentivo fiscal - SUDENE. A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, exclusivo para as companhias controladas situadas da região Nordeste. O incentivo fiscal SUDENE, provê o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração. Em atendimento as leis 11.638/07 e 11.941/09 e CPC 07 - Subvenção e assistência governamentais, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei ("data de transição") é contabilizado no resultado do exercício para posterior destinação à reserva de incentivos fiscais a que se refere o art. 195A da Lei nº 6404/76, conforme orientação da Lei nº 11.941/09. O saldo desta reserva somente pode ser utilizado para aumento de capital social. 2.10. Imposto de renda e contribuição social diferido. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporariamente indedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 2.11. Imobilizado. a) Reconhecimento e mensuração. O imobilizado é registrado pelo seu custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os gastos com exploração, reabilitação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (successful efforts method of accounting). Os gastos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado quando incorridos. Os gastos incorridos na fase exploratória, associados diretamente aos poços são capitalizados como ativos de exploração até que sua perfuração esteja completa e a avaliação da descoberta finalizada. Quando as avaliações das descobertas das reservas de óleo e gás são positivas, o custo é mantido no imobilizado até a conclusão do processo de declaração de comercialidade. Se a avaliação da descoberta não é encontrada, o custo do ativo exploratório é baixado ao resultado. A Companhia reconhece como parte do ativo imobilizado, a contrapartida dos gastos estimados para remoção e recuperação ambiental do futuro abandono das áreas, registrados em sua provisão passiva de abandono (Nota 2.16). Sua depreciação ocorre em conjunto com os demais ativos de óleo e gás. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados ao menos anualmente, ao final do exercício, e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. b) Depreciação. Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção são depreciados, a partir da declaração de comercialidade e início da produção, pelo método de unidades produzidas (UOP - Units of Production). Nesse método a taxa de depreciação mensal é obtida dividindo-se a produção mensal pelo saldo total estimado das reservas (provada desenvolvida) no início do mês. Para vida útil dos demais itens do ativo imobilizado é considerada a depreciação pelo método linear, pelo prazo dos contratos de arrendamento para as beneficiárias em bens de terceiros, e conforme apresentado abaixo para os demais bens:

Anos	Taxa anual média de depreciação (%)
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Ferramentas	10
Equipamentos de informática	5

2.12. Intangível. Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo. O custo da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment), nos termos do que determina o Pronunciamento Técnico CPC 04. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis correlatos à aquisição das concessões de exploração e produção de petróleo e gás são amortizados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no exercício e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. 2.13. Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment). Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos, que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são reunidos ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo. Estes ativos são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida apenas na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. 2.14. Arrendamentos. A Companhia avalia todos os contratos que podem se enquadrar nos princípios de identificação do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 e desconsidera arrendamentos de curto prazo, menores ou iguais a 12 meses, além de arrendamentos de valores não significativos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da adoção inicial. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para refletir o efeito dos juros incorridos com base na taxa incremental de empréstimo, sendo a despesa de juros registrada no resultado financeiro. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. O ativo de direito de uso é reconhecido inicialmente com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido, despesa administrativa, comercial e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado. 2.15. Fornecedores. Os fornecedores estão classificados na categoria de instrumentos financeiros ao custo amortizado e estão reconhecidos pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e encargos contratuais incorridos até as datas dos balanços, cuja apropriação das despesas e receitas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.16. Provisão de abandono. A Companhia tem obrigações legais de remoção de equipamentos e restauração de áreas ao final do prazo de produção das reservas com base nas estimativas de volumes de reserva e custos de produção estimados. As estimativas de custos de futuras remoções e recuperações ambientais são realizadas com base nas informações atuais sobre custos e planos de recuperação esperados. Essas obrigações são reconhecidas a valor presente, utilizando-se uma taxa de desconto livre de risco, ajustada pela taxa de prêmio risco-país. Em função dos longos períodos até a data de abandono, variações na taxa de desconto, por menor que sejam, podem ocasionar grandes variações no valor reconhecido. Os cálculos das referidas estimativas são complexos e envolvem julgamentos significativos, uma vez que: (i) as obrigações ocorrerão no longo prazo; (ii) que os contratos e regulamentações possuem descrições subjetivas das práticas de remoção e restauração; e (iii) que os custos de remoção quando do momento da remoção e restauração efetivas; e (iii) que as tecnologias e custos de remoção de ativos sofrem alterações constantemente, juntamente com as regulamentações ambientais e de segurança. A natureza dos gastos inclui mobilização e desmobilização de sondas, serviços de tamponamento e abandono, restauração, reparo do ambiente, reflorestamento e outros serviços. A Companhia está constantemente conduzindo estudos para incorporar tecnologias e procedimentos de modo a otimizar as operações de abandono, considerando as melhores práticas da indústria. Contudo, os prazos e valores dos fluxos de caixa futuros sujeitos a incertezas significativas. 2.17. Instrumentos financeiros. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros classificados ao custo amortizado são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. As mensurações subsequentes dos ativos e passivos financeiros são realizadas ao custo amortizado, exceto para o financeiro. 2.19. Receita líquida. Reconhecimento da receita conforme o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente que estabeleça uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. As receitas da Companhia são oriundas, substancialmente, de vendas de óleo e gás. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida se: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de produtos puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais, quando aplicável. A Companhia reconhece suas receitas quando (ou à medida que) satisfaz sua obrigação de desempenho, transferindo o bem ou serviço prometido ao cliente. Apresentamos abaixo os principais produtos comercializados pela Companhia - responsáveis pela receita reconhecida: a) Gás natural processado. O gás natural é extraído nos polos Alagoas e Tucano Sul e é processado, direta e indiretamente, para entrega até os clientes finais por um gasoduto de uma empresa terceirizada. A Companhia reconhece a receita de venda de gás natural ao longo do tempo à medida que recebe as medições do sistema dutoviário gerido pela Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") e realiza o faturamento. b) Petróleo. O petróleo é extraído no Polo Alagoas e posteriormente armazenado em terminal portuário (TAMAC) onde é retirado pelo cliente. A Companhia reconhece a receita de venda de petróleo quando o cliente realiza a coleta no terminal, passando a deter o controle do ativo. c) Condensado. O Condensado é extraído do polo Tucano Sul, ele é um subproduto decorrente da produção de Gás Natural. O cliente realiza a coleta do produto nas dependências da Companhia. A Companhia reconhece a receita de venda de condensado quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. d) Gás liquefeito de petróleo (GLP). O gás liquefeito de petróleo é processado na UPGN do polo Alagoas e posteriormente é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. A Companhia reconhece a receita de venda do GLP quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. e) Gás natural não processado (Gás Umídeo). O gás natural não processado é extraído no polo Tucano Sul e posteriormente é entregue aos clientes através do gasoduto pertencente a Companhia, que conecta os campos do Polo Tucano Sul a Estação Painela. A Companhia reconhece a receita de venda do gás umídeo, quando a entrega do produto em seu destino final. f) Condensado de C5+. O condensado de C5+ tem origem no processamento do gás natural na UPGN do Polo Alagoas. Durante esse processo, os líquidos do gás natural (NGLs) são separados, incluindo frações mais leves, como etano, propano e butano, além do condensado de C5+, que contém hidrocarbonetos mais pesados, predominantemente pentanos (C5) e frações superiores. Esse produto é armazenado e disponibilizado para retirada pelos clientes nas instalações da Companhia. A Companhia reconhece a receita de venda do condensado de C5+ quando o cliente realiza a coleta nas suas instalações, passando a deter o controle do ativo. g) Armazenagem. Os graneis líquidos são recebidos via modal aquaviária, rodoviária e dutoviária e armazenados em tanques dentro do MAC-11A no Terminal Aquaviário de Maceió. A Companhia reconhece a receita de armazenagem de graneis líquidos ao longo do tempo à medida que recebe as medições dos sistemas dutoviário, marítimo e rodoviário geridos pela Origem Infraestrutura Portuária S.A. ("OGIP") e realiza o faturamento. h) Serviços Portuários. O transporte e armazenagem dos graneis líquidos requerem uma série de serviços operacionais para garantir sua plena execução. A Companhia reconhece a receita de serviços portuários ao longo do tempo à medida que recebe as medições das movimentações dos sistemas dutoviário, marítimo e rodoviário geridos pela Origem Infraestrutura Portuária S.A. ("OGIP") e realiza o faturamento. i) Transporte. O petróleo da Companhia é movimentado e transferido do Polo Alagoas para o Terminal Aquaviário de Maceió via duto OPMAC. A Companhia reconhece a receita de serviços de transporte ao longo do tempo à medida que recebe as medições das movimentações do sistema dutoviário gerido pela Origem Infraestrutura Portuária S.A. ("OGIP") e realiza o faturamento. j) Serviço de distribuição. 2.20. Uso de estimativas e julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas, despesas e notas explicativas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a esti-

mativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre premissas e estimativas significativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 13 - Imobilizado, principalmente as informações que se referem a depreciação e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota 14 - Intangível, principalmente as informações que se referem a amortização e valor recuperável dos ativos de óleo e gás. • Nota 11 - Imposto de renda e contribuição social diferido. • Nota 21 - Provisão para abandono de instalações. • Nota 29 - Valor justo de derivativos e políticas para gestão de risco financeiro. Determinação do volume de reserva dos poços para mensuração da depreciação. Para determinar a depreciação, é utilizado o método de unidades produzidas (MUP), que calcula a relação entre o volume de óleo e gás produzido e o volume de reservas remanescentes. A cada ano, a Companhia revisa o volume total das reservas remanescentes de petróleo e gás. No entanto, a produção das reservas provadas pode ser influenciada por vários fatores, como o progresso de projetos de desenvolvimento, o desempenho dos reservatórios, aspectos regulatórios e mudanças nos preços de petróleo e gás natural a longo prazo. 2.21. Lucro por ação. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo do lucro diluído por ação é baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para os potenciais ações ordinárias diluídas. A Companhia avaliou a divulgação do lucro por ação e não identificou efeito dilutivo nas suas transações e operações. Nesse sentido, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação. 2.22. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"). Demonstrações dos fluxos de caixa permitem que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). A Companhia apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. A Companhia concluiu o lucro líquido com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. A DFC permite que os juros pagos sejam demonstrados como atividades operacionais ou financeiras e que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia classifica os juros pagos como atividades de financiamento, uma vez que estes representam os esforços para obtenção de seus recursos financeiros. Os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos são apresentados na DFC de acordo com a natureza de sua utilização, ou seja, sua classificação pode ser demonstrada como atividades operacionais, investimentos ou financiamentos, dependendo da natureza do item protegido a que o derivativo esteja associado. 2.23. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, desta forma, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. 2.24. Informações por segmento. A Administração da Companhia esclarece que a extração, exploração e produção de petróleo e gás natural é o seu único segmento operacional relevante atualmente, não havendo, portanto, informação por segmento a ser apresentado. Em fevereiro de 2025, a Companhia assumiu o TAMAC. Embora essa nova operação represente uma atividade distinta, a Administração avaliou que, até o momento, sua contribuição para os resultados consolidados é material, motivo pelo qual a Companhia continua apresentando suas informações financeiras como um único segmento operacional. 2.25. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas. As normas e interpretações revisadas, destacadas a seguir, válidas para o exercício de 2025, foram aplicadas pela Companhia, mas não impactaram significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas	Descrição
CPC 02 (IAS 21)	Alteração em determinadas condições na conversão de moedas
CPC 18 (R3)	Ajustes de redação e atualização de referências normativas
CPC 15 e CPC 01 (R1)	Alteração em divulgação de informações e em testes de impairment
OCPC 10	Emissão de orientações em créditos de carbono e descarbonização
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo CPC, descritas a seguir, ainda não estão em vigor. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2026:

Normas	Descrição
CPC 51 (IFRS 18)	Alteração das normas de apresentação e divulgação das demonstrações
CPC 48 (IFRS 9) e CPC 40 (R1) (IFRS 7)	Aprimoramento com implicações financeiras para contratos de eletricidade

2.26. Eventos após o período de relatório. Se a Companhia receber novas informações após a data base das demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final no exercício, ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e se necessário efetuará os ajustes dos saldos à luz das novas informações, ou divulgará a natureza do evento que não originam ajustes. 3. Caixa e equivalentes de caixa: O quadro abaixo apresenta a composição do caixa e equivalentes de caixa nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	18.624	29	41.977	21.657
CDBs	170.550	515.057	192.956	524.450
Compromissadas	7.824	-	22.994	556
Fundos de investimento em renda fixa	638.284	180.036	875.431	248.246
	<b>835.282</b>	<b>695.122</b>	<b>1.133.360</b>	<b>794.909</b>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, referem-se a Certificadas de Depósitos Bancários - CDBs, Operações Compromissadas e Fundos de Investimentos de alta liquidez, com baixo risco de crédito, disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. 4. Contas a receber com terceiros: O quadro abaixo apresenta a composição do contas a receber nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Venda de gás natural	433	717	103.476	135.606
Venda de condensado	130	140	130	140
Venda de GLP	-	-	17.803	25.534
Venda de petróleo	-	-	48.866	47.533
Venda de composto C5	-	-	4.397	2.284
Serviço de Armazenagem	-	-	348	-
Serviço Portuário	-	-	2.678	-
Alienação de concessão	1.000	1.000	2.000	2.000
Outros	5	-	81	831
<b>Contas a receber com terceiros</b>	<b>1.568</b>	<b>1.857</b>	<b>179.779</b>	<b>213.928</b>
Circulante	1.568	1.857	179.003	213.928
Não circulante	-	-	776	-
Faturados	1.568	1.857	179.779	203.447
A faturar	-	-	-	10.481

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem valores vencidos de contas a receber faturados, sendo o prazo médio de recebimento em até 30 dias. Através da análise de risco de crédito, a Administração não identificou necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

5. Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber: O quadro abaixo apresenta a composição dos dividendos e juros sobre capital próprio a receber, com previsão de recebimento até 31 de dezembro de 2026.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos	-	-	-	-
Origem Alagoas	-	217.682	-	102.366
Total de dividendos	-	217.682	-	102.366
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Origem Alagoas	-	68.470	-	68.470
Total de juros sobre o capital próprio	-	68.470	-	68.470
	<b>286.152</b>	<b>170.836</b>		

6. Instrumentos financeiros derivativos: O quadro abaixo apresenta a composição dos créditos e obrigações de operações financeiras com instrumentos financeiros derivativos nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos	-	-	-	-
Opções compradas (1)	27.338	-	41.282	13.650
Prêmio de opções a receber (1)	2.082	-	2.507	-
Swap de CDBs (2)	12.973	13.863	12.973	13.863
	<b>42.393</b>	<b>13.863</b>	<b>56.762</b>	<b>27.513</b>
Passivos	-	-	-	-
Opções vendidas (1)	6.349	-	6.690	-
Prêmio de opções a pagar (1)	29.106	-	45.311	20.821
	<b>35.455</b>	<b>-</b>	<b>52.001</b>	<b>20.821</b>

(1) Os contratos de opções referem-se a operações estruturadas com instrumentos financeiros derivativos com intuito de proteção do preço de petróleo, através da compra de opções de venda (puts) e venda de opções de compra (calls), com registro do direito da opção a exercer no ativo e a obrigação a ser exercida no passivo, e dos respectivos prêmios a receber e pagar, à vista ou financiados pela contraparte, conforme também divulgado na nota explicativa 29. (2) Os contratos de swap referem-se ao valor a receber ou pagar sobre o diferencial de parte de aplicações financeiras com rendimentos vinculados a taxa de CDI e variação cambial do dólar, conforme também divulgado na nota explicativa 29. 7. Estoques: Os estoques são compostos por (i) materiais e outros bens mantidos para uso na operação e manutenção, avaliados a custo médio, e (ii) estoque de petróleo para venda, avaliado a custo, sujeito a ajuste de valor realizável líquido, quando aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais de uso e consumo (i)	2.399	743	132.321	122.856
Petróleo (ii)	17	71	3.283	6.814
	<b>2.416</b>	<b>814</b>	<b>135.606</b>	<b>129.670</b>



continua →



**Origem Energia S.A. - CNPJ: 32.021.201/0001-61**

ativos imobilizados e intangíveis. Os testes realizados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não identificaram saldos contábeis com valores superiores àqueles passíveis de recuperação pelo uso. **14. Intangível:** 14.1. Composição de saldo

	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Custo	Amortização Acumulada (1)	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Custo	Amortização Acumulada (1)	Saldo em 31/12/2025
Polo Tucano Sul	12.261	15.896	(4.085)	11.811	12.261	15.896	(4.085)	11.811
Polo Alagoas	-	-	-	-	209.634	227.868	(26.421)	201.447
Garça Branca	823	823	-	823	4.452	5.735	(1.611)	4.124
Campo Fazenda Gameleira	169	169	-	169	875	1.066	(240)	826
Campo Tiziu	107	107	-	107	1.326	1.719	(492)	1.227
Softwares	11.656	13.665	(8.277)	5.388	22.762	31.086	(13.886)	17.200
Bônus de assinatura	2.310	2.310	-	2.310	2.310	2.310	-	2.310
<b>Total</b>	<b>27.326</b>	<b>32.970</b>	<b>(12.362)</b>	<b>20.608</b>	<b>253.620</b>	<b>285.680</b>	<b>(46.735)</b>	<b>238.945</b>

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão/bônus de assinatura são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção dos Polos e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

	Controladora			Consolidado				
	Saldo em 31/12/2023	Custo	Amortização Acumulada (1)	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Custo	Amortização Acumulada (1)	Saldo em 31/12/2024
Polo Tucano Sul	13.152	15.896	(3.635)	12.261	13.152	15.896	(3.635)	12.261
Polo Alagoas	-	-	-	-	216.409	227.868	(18.234)	209.634
Garça Branca	823	823	-	823	4.780	5.735	(1.283)	4.452
Campo Saira	1.207	-	-	-	6.951	-	-	-
Campo Mosquito	301	-	-	-	2.031	-	-	-
Campo Fazenda Gameleira	169	169	-	169	924	1.066	(191)	875
Campo Tiziu	107	107	-	107	1.426	1.719	(393)	1.326
Softwares	11.938	13.733	(2.077)	11.656	18.262	27.615	(4.853)	22.762
Bônus de assinatura	2.310	2.310	-	2.310	2.310	2.310	-	2.310
<b>Total</b>	<b>30.007</b>	<b>33.038</b>	<b>(5.712)</b>	<b>27.326</b>	<b>266.245</b>	<b>282.209</b>	<b>(28.589)</b>	<b>253.620</b>

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão/bônus de assinatura são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção dos Polos e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

**14.2. Movimentação de saldo**

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização (1)	
Polo Tucano Sul	12.261	-	-	(450)	11.811
Garça Branca	823	-	-	-	823
Campo Fazenda Gameleira	169	-	-	-	169
Campo Tiziu	107	-	-	-	107
Softwares	11.656	(52)	(6.216)	5.388	5.388
Bônus de assinatura	2.310	-	-	2.310	2.310
<b>Total</b>	<b>27.326</b>	<b>(52)</b>	<b>(6.666)</b>	<b>(20.608)</b>	<b>20.608</b>

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão/bônus de assinatura são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção dos Polos e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. (2) Campos de Saira e Mosquito alienados em dezembro de 2024, conforme nota explicativa 12.4.

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas (2)	Amortização (1)	
Polo Tucano Sul	13.152	-	-	(891)	12.261
Garça Branca	823	-	-	-	823
Campo Saira	1.207	(1.207)	-	-	-
Campo Mosquito	301	(301)	-	-	-
Campo Fazenda Gameleira	169	-	-	-	169
Campo Tiziu	107	-	-	-	107
Softwares	11.938	467	-	(749)	11.656
Bônus de assinatura	2.310	-	-	2.310	2.310
<b>Total</b>	<b>30.007</b>	<b>467</b>	<b>(1.508)</b>	<b>(1.640)</b>	<b>27.326</b>

(1) Os custos de aquisição do direito de concessão/bônus de assinatura são amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção dos Polos e o volume de reservas provadas desenvolvidas (P1). Os custos de aquisição de softwares são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas (2)	Amortização (1)	
Polo Tucano Sul	12.261	-	-	(450)	11.811
Polo Alagoas	209.634	-	-	(8.187)	201.447
Garça Branca	4.452	-	-	(328)	4.124
Campo Saira	-	-	-	-	-
Campo Mosquito	-	-	-	-	-
Campo Fazenda Gameleira	875	-	-	(49)	826
Campo Tiziu	1.326	-	-	(99)	1.227
Softwares	22.762	3.539	(52)	(9.049)	17.200
Bônus de assinatura	2.310	-	-	2.310	2.310
<b>Total</b>	<b>253.620</b>	<b>3.539</b>	<b>(52)</b>	<b>(18.162)</b>	<b>238.945</b>

(2) Campos de Saira e Mosquito alienados em dezembro de 2024, conforme nota explicativa 12.4. **15. Arrendamentos:** 15.1. Composição da natureza dos saldos dos ativos de direito de uso

	Controladora				Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/12/2024	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2024	
Ativo de direito de uso	-	1.949	(1.949)	-	-
Equipamentos	3.400	6.111	(3.671)	2.440	2.440
Administrativo	3.400	8.060	(5.620)	2.440	2.440
<b>Total</b>	<b>3.400</b>	<b>8.060</b>	<b>(5.620)</b>	<b>2.440</b>	<b>2.440</b>

	Controladora				Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2023	Custo	Amortização	Saldo em 31/12/2024	
Ativo de direito de uso	-	1.949	(1.949)	-	-
Equipamentos	4.933	-	-	-	4.933
Sondas de intervenção	4.958	6.056	(2.656)	3.400	3.400
Administrativo	10.128	8.005	(4.605)	3.400	3.400
<b>Total</b>	<b>19.019</b>	<b>15.010</b>	<b>(9.210)</b>	<b>7.200</b>	<b>7.200</b>

TAMAC refere-se ao contrato de arrendamento da área do Porto de Maceió, contemplando também os bens não reversíveis indenizados ao arrendatário anterior, incorporados à área arrendada, com prazo de 25 anos, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos e variáveis mínimos contratuais. Embarcações de apoio referem-se ao contrato de aluguel de embarcação de apoio às operações de mergulho e monitoramento ambiental no poço de Paru, localizado em águas rasas, com prazo de 47 meses, mensurado ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa de prontidão). Equipamentos referem-se aos contratos de aluguel de compressores, para compressão de gás natural, e geradores, com prazo de 24 a 28 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Sondas de intervenção referem-se aos contratos de aluguel de sondas de produção terrestre, utilizadas nas intervenções dos poços dos Polos Tucano Sul e Alagoas, com prazo de 41 a 46 meses, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos mínimos contratuais (taxa em stand-by). Administrativo referem-se aos contratos de aluguel dos imóveis da sede e escritórios com prazo de 72 e 60 meses respectivamente, mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos fixos contratuais. Para mensuração dos respectivos saldos iniciais dos ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento, estes foram descontados a taxa média de 16,47% (13,78% em 2024).

**15.2. Movimentação dos saldos dos ativos de direito de uso e passivo de arrendamento**

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.400	4.521	31.148	36.001
Constituições	55	55	93.635	36.732
Atualização monetária	-	490	-	7.384
Pagamentos efetuados	(1.651)	-	(1.651)	(35.090)
Depreciação	(1.015)	-	(30.332)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.440</b>	<b>3.415</b>	<b>94.451</b>	<b>45.027</b>
Circulante	-	1.329	-	13.667
Não circulante	2.440	2.086	94.451	31.360

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.128	11.848	61.211	67.629
Constituições	288	288	10.761	10.761
Baixas	(5.351)	(3.838)	(6.982)	(5.611)
Atualização monetária	-	685	-	6.402
Pagamentos efetuados	-	(4.462)	-	(43.180)
Depreciação	(1.665)	-	(33.842)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.400</b>	<b>4.521</b>	<b>31.148</b>	<b>36.001</b>
Circulante	-	1.158	-	27.151
Não circulante	3.400	3.363	31.148	8.850

**16. Fornecedores:** O quadro abaixo apresenta a composição do contas a pagar nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações, manutenções e serviços	5.844	5.850	88.605	74.581
Compra de gás seco	-	-	13.274	3.814
Aquisição de imobilizado	184	300	87.273	38.176
Custo de transporte	946	4.903	14.450	23.888
Consultorias	1.888	2.141	13.199	7.074
Gerais e administrativas	1.162	510	15.155	8.527
Outros	10	357	589	1.809
<b>Total</b>	<b>10.034</b>	<b>14.061</b>	<b>232.545</b>	<b>157.869</b>

Circulante 10.034 14.061 199.518 157.869  
Não circulante - - 33.027 -

**17. Obrigações trabalhistas:** O quadro abaixo apresenta a composição das obrigações trabalhistas nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	97	527	326	772
Provisão de bônus a pagar	6.138	7.423	29.045	21.600
Provisão de férias e 13º salário	2.226	1.860	14.437	13.728
Provisão de encargos a recolher	10.181	8.622	23.324	20.484
<b>Total</b>	<b>18.642</b>	<b>18.432</b>	<b>67.132</b>	<b>56.044</b>

**18. Obrigações fiscais:** O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos a pagar nas datas especificadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	-	-	676	-
CSLL	-	-	35.033	-
IRRF	1.339	785	7.175	6.082
PIS/COFINS/CSLL	1.189	3.167	4.722	6.173
ICMS	397	404	5.491	16.016
ISS	481	394	638	444
Outros tributos	-	150	273	4.355
<b>Total</b>	<b>3.406</b>	<b>4.900</b>	<b>18.299</b>	<b>33.070</b>

**15.3. Maturidade dos contratos**

	Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Potencial	PIS/COFINS	Conso-
2026	1.671	155	18.159	1.680
2027	1.671	155	13.226	1.223
2028	607	57	9.500	879
2029	-	-	7.935	734
2030 em diante	-	-	16.163	1.495
<b>Saldo das parcelas a vencer</b>	<b>3.949</b>	<b>367</b>	<b>64.983</b>	<b>6.011</b>
Juros a apropriar	(534)	-	(19.956)	-
<b>Saldo de passivo de arrendamento</b>	<b>3.415</b>	<b>-</b>	<b>45.027</b>	<b>-</b>

**19. Debêntures:** 19.1. Composição do saldo das debêntures

	Controladora e Consolidado						
	Principal	Custos e prêmio a amortizar	Juros	Varição cambial	Subtotal	Swap	Total
1ª emissão (Origem Energia)	1.750.000	(83.198)	44.480	-	1.711.282	554.062	2.265.344
2ª emissão (Origem Energia)	1.400.000	(74.682)	14.119	-	1.339.437	51.431	1.390.868
<b>Total</b>	<b>3.150.000</b>	<b>(157.880)</b>	<b>58.599</b>	<b>-</b>	<b>3.050.719</b>	<b>605.493</b>	<b>3.656.212</b>
Passivo circulante	-	(15.788)	58.599	-	42.811	-	42.811
Passivo não circulante	3.150.000	(142.092)	-	-	3.007.908	605.493	3.613.401

1ª emissão (Origem Energia)

	Controladora e Consolidado						
	Principal	Custos e prêmio a amortizar	Juros	Varição cambial	Subtotal	Swap	Total
1ª emissão (Origem Energia)	1.750.000	(91.517)	26.819	-	1.685.302	899.328	2.584.630
<b>Total</b>	<b>1.750.000</b>	<b>(91.517)</b>	<b>26.819</b>	<b>-</b>	<b>1.685.302</b>	<b>899.328</b>	<b>2.584.630</b>
Passivo circulante	-	(8.319)	26.819	-	18.500	-	18.500
Passivo não circulante	1.750.000	(83.198)	-	-	1.666.802	899.328	2.566.130

1ª emissão (Origem Energia)

	Controladora e Consolidado						
	Principal	Custos e prêmio a amortizar	Juros	Varição cambial	Subtotal	Swap	Total
1ª emissão (Origem Energia)	1.750.000	(91.517)	26.819	-	1.685.302	899.328	2.584.630
1ª emissão (Origem Alagoas)	420.703	(5.795					

**Origem Energia S.A. - CNPJ: 32.021.201/0001-61**

**20. Empréstimos:** 20.1. Notas comerciais: Em 29 de novembro de 2023, a Origem Portuária realizou sua primeira emissão de notas comerciais, no valor de R\$ 73.500, em série única, com vencimento em 01 de dezembro de 2025, com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,40% ao ano, com pagamento de juros em 4 parcelas, em maio e novembro de 2024, a terceira parcela em maio de 2025, e a última parcela na data de vencimento, quando também será realizada a amortização total da dívida, em parcela única. Em 30 de agosto de 2024, a Origem Alagoas realizou sua primeira emissão de notas comerciais, no valor de R\$ 121.563, em série única, com vencimento em 11 de março de 2027, com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,50% ao ano, com pagamento de juros mensais, a partir de outubro de 2024, e amortização do principal mensal, a partir de abril de 2026 até seu vencimento. Em conjunto e de forma associada a primeira emissão das notas comerciais, a Origem Alagoas celebrou contrato de swap, com finalidade de previsibilidade cambial das obrigações assumidas, com posição ativa de 100% do CDI acrescidos de taxa fixa de 2,5% ao ano, e posição passiva de variação cambial do dólar acrescidos de taxa fixa de 8,23% ao ano com vigência de agosto de 2024 a março de 2027. Em agosto de 2025, a Companhia aprovou o resgate antecipado total das notas comerciais emitidas pela Origem Alagoas e Origem Portuária, juntamente com os contratos de swaps a elas vinculados, que foi então realizado, no valor total de R\$ 216.245. a) Composição do saldo das notas comerciais

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Princi- pal	amor- tizar	Juros	Subtotal	Swap	Total
1ª emissão (Origem Portuária)	73.500	(66)	757	74.191	-	74.191
1ª emissão (Origem Alagoas)	121.562	(1.154)	873	121.281	34.425	155.706
<b>Total</b>	<b>195.062</b>	<b>(1.220)</b>	<b>1.630</b>	<b>195.472</b>	<b>34.425</b>	<b>229.897</b>
Passivo circulante	73.500	(579)	1.630	74.551	-	74.551
Passivo não circulante	121.562	(641)	-	120.921	34.425	155.346

b) Movimentação de valores das notas comerciais

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	229.897	74.200
Principal captado na emissão	-	121.562
Custos da captação	-	(1.325)
Juros apropriados	20.155	14.355
Diferencial de Swap	(21.050)	32.208
Ajuste a valor justo de swap	(1.345)	1.345
Amortização do principal	(195.062)	-
Amortização de custos	1.220	243
Liquidação de juros	(21.785)	(13.563)
Liquidação de swap	(12.030)	872
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>229.897</b>
Passivo circulante	-	74.551
Passivo não circulante	-	155.346

**21. Provisão de abandono**

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	9.569	8.474
Atualização monetária	1.236	1.095
<b>Saldo final</b>	<b>10.805</b>	<b>9.569</b>

O valor de provisão de abandono reflete a estimativa em valor presente, descontados à taxa de 12,92% ao ano, dos custos previstos para futuro abandono dos Pólos Tucano Sul e Polo Alagoas, incluindo arrasamento e abandono dos poços, retirada de equipamentos e recuperação ambiental. Os valores de abandono são mensurados pelo prazo de concessão do projeto e trazidos a valor presente para fins de reconhecimento inicial. O passivo de abandono é atualizado anualmente ou quando exista alguma evidência objetiva que seu valor possa estar materialmente inadequado. As revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e os efeitos da passagem do tempo (denominado como reversão do desconto) no modelo de apuração da obrigação futura são alocadas diretamente no resultado do exercício (resultado financeiro líquido). A companhia reavaliou o valor provisionado ao final de 2025 e concluiu que não houve mudanças relevantes nas premissas utilizadas para o cálculo da provisão de abandono. As estimativas de custos permanecem consistentes com os dados mais recentes disponíveis, e não houve alterações significativas nos fatores que poderiam impactar o valor da provisão no exercício. **22. Programa de incentivo de longo prazo:** A Companhia dispõe de um programa de incentivo de longo prazo com pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Phantom Shares"), outorgado a determinados colaboradores o direito a remuneração com base na valorização das ações de emissão da Companhia, com mensuração do valor justo com base no modelo de precificação Monte Carlo, atualizado periodicamente, considerando as expectativas de distribuição de proventos e condições de performance existentes, assegurando a seus beneficiários o direito a eventual prêmio, que poderá contemplar um limite de até 31.052.078 Phantom Shares, com vencimentos até 2026.

Lote	Período de Carência (em meses contados da Data de Outorga)	Percentual das Phantom Shares	
		Lote I	Lote II
Lote I	24	1/3 das Phantom Shares	2/3 das Phantom Shares
Lote II	36	1/3 das Phantom Shares	2/3 das Phantom Shares
Lote III	48	1/3 das Phantom Shares	2/3 das Phantom Shares

Conforme previsto em contrato, o incentivo, outorgado de forma gratuita, consiste no direito de o beneficiário receber um montante em dinheiro referenciado na variação do valor das ações de emissão da Companhia ("Prêmio"), por meio da outorga de Phantom Shares. O Beneficiário terá a prerrogativa de receber o prêmio em relação às Phantom Shares vestidas desde que ocorra um evento de liquidez e/ou a escolha pela Companhia em quitar o prêmio no caso de desligamento do beneficiário de acordo com cláusula do contrato. Assim, as Phantom Shares assegurarão ao beneficiário o direito a eventual prêmio apurado conforme condições e cálculos, de acordo com a cláusula 5 do contrato. Cálculo do valor justo: Segundo o CPC 10 e a IFRS 2. Para transações mensuradas com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados, a entidade deve mensurar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados na data da mensuração, baseando-se nos preços de mercado se disponíveis, levando em consideração os termos e condições sob os quais os instrumentos patrimoniais foram outorgados. Se os preços de mercado não estiverem disponíveis, a entidade deve estimar o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados utilizando técnica de avaliação para estimar a que preço os respectivos instrumentos patrimoniais poderiam ser negociados, na data da mensuração, em uma transação sem favorecimentos, entre partes conhecedoras do assunto e dispostas a negociar. De acordo com a norma, para o plano que for liquidado em caixa, o valor justo deverá ser remensurado ao término de cada exercício social. Prazos de carência e vencimento: Os prazos de carência (vesting) e vencimento são definidos contratualmente. Os prazos são apresentados a seguir:

Programa	Modelo de Precificação	Data de Outorga	Fim da Carência
Phantom A – Lote I	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2024
Phantom A – Lote II	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2025
Phantom A – Lote III	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2026
Phantom B – Lote I	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2024
Phantom B – Lote II	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2025
Phantom B – Lote III	Monte Carlo	05/02/2022	05/02/2026

O quadro abaixo apresenta a movimentação do montante reconhecido como programa de incentivo a longo prazo.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	25.090	19.133
Reconhecimento principal	7.058	4.935
Encargos	1.581	1.022
<b>Saldo final</b>	<b>33.729</b>	<b>25.090</b>
Circulante	33.729	-
Não circulante	-	25.090

**23. Patrimônio líquido:** 23.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Origem Energia está representado por 911.643.460 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalizando R\$ 1.056.118, com R\$ 24.037 a integralizar. Em 31 de dezembro de 2024, era representado por 926.357.532 ações, totalizando R\$ 1.078.318, com R\$ 24.037 a integralizar. Em 13 de novembro de 2025 ocorreu a efetivação da redução do capital social da Companhia, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 12 de setembro de 2025, em R\$ 22.200, com o cancelamento de 14.714.072 ações. Em 02 de janeiro de 2024 ocorreu a efetivação da redução do capital social da Companhia, após decorrido o prazo legal da aprovação feita em 26 de outubro de 2023, em R\$ 290.478, com o cancelamento de 249.542.637 ações.

	31/12/2025	
	Quantidade de ações	Participação
PSS Energy FIP	873.897.323	95,86%
Outros acionistas	37.746.137	4,14%
<b>Total</b>	<b>911.643.460</b>	<b>100,00%</b>

	31/12/2024	
	Quantidade de ações	Participação
PSS Energy FIP	888.002.166	95,86%
Outros acionistas	38.355.366	4,14%
<b>Total</b>	<b>926.357.532</b>	<b>100,00%</b>

**23.2. Reservas de lucro:** Reserva legal: De acordo com o disposto pelo estatuto social da Origem Energia, bem como pelas normas legais vigentes, do lucro líquido do exercício são destinados 5% para constituição da reserva legal, cujo saldo não excederá 20% do capital social, e desse lucro também são deduzidos os prejuízos acumulados antes de qualquer outra participação. b) Reserva estatutária: Ainda no estatuto social da Origem Energia, está prevista uma reserva estatutária, denominada "Reserva de investimentos", com a finalidade de financiar aplicações adicionais de capital fixo e reforço do capital de giro, além da expansão e desenvolvimento das atividades da Companhia, cujo saldo, somado ao saldo das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social. c) Reserva de Incentivos Fiscais: De acordo com a legislação vigente há, ainda, reserva de incentivos fiscais na Controladora Origem Alagoas, para devido registro dos valores referentes aos benefícios da SUDENE de redução do IRPJ em 75% e de reinvestimento, bem como dos benefícios fiscais de subvenção de investimento previstos na LC 160/2017. Os saldos destas reservas não são objetivamente passíveis de distribuição aos acionistas, sendo necessário observar as formalidades previstas em Lei quanto as possibilidades restritas de destinação. **23.3. Lucro por ação:** A Origem Energia apresenta seu resultado por ação, considerando o seu lucro líquido (prejuízo) do exercício sobre a média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas. A Origem Energia não possui outros instrumentos com

potencial dilutivo, sendo, por tanto equivalentes, seu resultado por ação básico e diluído.

	Controladora e Consolidado	
	01/01/2025	01/01/2024
	a	a
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	552.544	(512.341)
Média ponderada da quantidade de ações	924.422.531	927.721.153
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	0,61	(0,55)
23.4. Destinação do resultado do exercício		
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	552.544	(512.341)
Absorção dos prejuízos acumulados	(110.054)	402.287
<b>Constituição de reserva legal (5%)</b>	<b>(22.125)</b>	<b>-</b>
Saldo dos prejuízos acumulados ou lucro para outras destinações	420.365	(110.054)
<b>Dividendo mínimo obrigatório (25%)</b>	<b>(105.091)</b>	<b>-</b>
<b>Constituição de reserva de investimentos</b>	<b>(315.274)</b>	<b>-</b>

Antes de qualquer outra participação ou destinação do resultado, a Companhia deduzirá do lucro do exercício, o saldo de prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia absorveu R\$ 110.054 de prejuízos acumulados do saldo do lucro líquido do exercício. Após a compensação de possíveis prejuízos acumulados, quando for o caso, a Companhia destinará 5% do lucro líquido do exercício para constituição da reserva legal, cujo saldo não excederá 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 22.125 para constituição de reserva legal. Ainda conforme estabelecido em estatuto, os acionistas terão direito ao dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, ajustado pela dedução da reserva legal constituída no exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 105.091 de dividendos. Com a finalidade de expansão e desenvolvimento das atividades da Companhia e reforço do capital de giro, o saldo remanescente do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva estatutária de lucros, denominada de reserva de investimentos. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração está propondo aos acionistas a destinação de R\$ 315.274 para constituição da referida reserva. 23.5. Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar: Além dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia, sujeita às condições contratuais das debêntures emitidas, poderá declarar dividendos intercalares e intermediários, ou ainda JCP, que poderão ser atribuídos ao mínimo obrigatório. Em 2025, a Companhia declarou R\$ 105.091 em dividendos, com base no lucro do exercício, atribuídos ao mínimo obrigatório, com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2026, para todo saldo em aberto. O quadro abaixo apresenta a movimentação dos proventos nos exercícios.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	121.499	121.499
Dividendos propostos	105.091	-
	<b>226.590</b>	<b>121.499</b>

**24. Saldos com partes relacionadas:** Esses saldos originaram-se de negociações com compra e venda de gás e materiais, totalmente consumidos e realizados no exercício, compartilhamento de custos, proventos, empréstimos e adiantamentos para futuro aumento de capital entre a Companhia e as seguintes partes relacionadas nos exercícios apresentados:

	Controladora 31/12/2025						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Outras contas a receber (1)	39.398	-	609	25	-	-	40.033
<b>Contas a receber</b>	<b>39.398</b>	<b>-</b>	<b>609</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.033</b>
Dividendos a receber	217.682	-	-	-	-	-	217.682
JCP a receber	68.470	-	-	-	-	-	68.470
<b>Dividendos e JCP a receber</b>	<b>286.152</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>286.152</b>
AFAC	-	20	-	-	-	-	20
<b>Total dos ativos</b>	<b>325.550</b>	<b>20</b>	<b>609</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>326.205</b>

	Controladora 31/12/2024						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Outras contas a receber (1)	5.059	908	7	83	-	-	6.058
<b>Contas a receber</b>	<b>5.059</b>	<b>908</b>	<b>7</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.058</b>
Dividendos a receber	102.366	-	-	-	-	-	102.366
JCP a receber	68.470	-	-	-	-	-	68.470
<b>Dividendos e JCP a receber</b>	<b>170.836</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>170.836</b>
AFAC	-	574	-	-	-	-	574
<b>Total dos ativos</b>	<b>175.895</b>	<b>1.482</b>	<b>7</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.774.668</b>

	Controladora 31/12/2025						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Contas a pagar (2)	1	-	-	-	-	-	1
<b>Total do passivo</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

	Controladora 31/12/2024						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Contas a pagar (2)	309	33	-	-	-	-	342
<b>Total do passivo</b>	<b>309</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>342</b>

(1) O Contas a receber e a pagar referem-se a compra e venda de gás e materiais entre empresas do Grupo, consumidos e realizados no exercício. (2) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas, junto a suas controladas, para atividades administrativas associadas ao objeto econômico das investidas, que prevê em seu termo inicial que o fator de rateio de custos se dará pela imputação indireta na proporção da receita bruta de cada sociedade.

	Controladora 31/12/2025						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Receita de venda de gás	10.479	-	-	-	-	-	10.479
Receita de venda de materiais	625	-	-	-	-	-	625
Custo de compra de materiais	(938)	-	-	-	-	-	(938)
<b>Receita (Custo) intragrupo</b>	<b>10.166</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.166</b>

	Controladora 31/12/2024						
	Origem	Origem Portuária	Alagoas	Pilar	Alpha	Gen	Total
Receita de venda de gás	21.512	-	-	-	-	-	21.512
Receita de venda de materiais	1.792	-	-	-	-	-	1.792
Custo de compra de materiais	(708)	-	-	-	-	-	(708)
<b>Receita (Custo) intragrupo</b>	<b>22.596</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>22.596</b>

As receitas e custos referem-se a venda de gás e materiais e compra de materiais entre as empresas do Grupo, consumidos e realizados no exercício. **Remuneração dos administradores:** A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição entre eles. Os montantes totais de remuneração dos Diretores estatutários e do Conselho da Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração e benefícios	10.376	7.147	27.868	23.565
	<b>10.376</b>	<b>7.147</b>	<b>27.868</b>	<b>23.565</b>

A remuneração do Conselho de Administração é composta de pró-labore, e a remuneração da Diretoria estatutária é composta principalmente por pró-labore, benefícios diretos e indiretos, bônus e programa de incentivo de longo prazo. **25. Receita de vendas líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de gás natural	15.344	31.148	1.354.798	1.236.344
Receita bruta de condensado de gás	348	799	348	799
Receita bruta de GLP	-	-	194.467	163.390
Receita bruta de petróleo	-	-	517.876	358.459
Receita bruta de LGN	2.668	4.796	2.668	4.796
Composto C5	-	-	66.375	36.461
Armazenagem de combustíveis	-	-	5.555	-
Serviços Portuários	-	-	3.774	-
Outras receitas de vendas	786	2.244	5.706	1
	<b>19.146</b>	<b>38.987</b>	<b>2.151.567</b>	<b>1.800.250</b>
(-) Deduções da receita	(4.032)	(8.101)	(366.674)	(315.408)
<b>Receita líquida total</b>	<b>15.114</b>	<b>30.886</b>	<b>1.784.893</b>	<b>1.484.842</b>

**26. Custo dos produtos vendidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compra de óleo e gás para revenda	(5.407)	(5.103)	(228.050)	(224.950)
Pessoal	(5.687)	(7.013)	(154.450)	(146.285)
Operação e manutenção	(6.726)	(14.304)	(260.107)	(246.319)
Royalties	(1.			

**Origem Energia S.A. - CNPJ: 32.021.201/0001-61**

seu endividamento, como forma de previsibilidade entre os efeitos cambiais no componente de preço das commodities que impactam suas receitas e recebíveis, e suas obrigações (nota explicativa 19 e 20). A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos, reafirmando dessa forma seu compromisso com uma política conservadora de gestão de caixa. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se suas taxas de juros e seus respectivos vencimentos. 29.2. Hierarquia do valor justo: Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são agrupados em categorias específicas (nível 1, nível 2 e nível 3) de acordo com o correspondente grau observável do valor justo: • Nível 1 - Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 1. • Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo. • Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Nos exercícios divulgados, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, não foi considerada a aplicabilidade desse ajuste, destacando-se as seguintes razões: • Contas a receber de clientes e contas a pagar: curto prazo de vencimento, 30 dias em média. • Partes relacionadas: os saldos com partes relacionadas possuem seus valores apresentados em bases e condições estabelecidas pela administração. 29.3. Gestão dos riscos financeiros: A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (taxa de juros), conforme descrito a seguir: Risco de crédito e liquidez: O risco de crédito e liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa coincidindo os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma do fluxo de pagamentos dos passivos financeiros não descontados da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025				
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	10.034	-	-	-	10.034
Debêntures	431.753	866.997	1.477.081	3.809.979	6.585.810
Instrumentos financeiros derivativos	35.455	-	-	-	35.455
Incentivos de longo prazo	42.368	-	-	-	42.368
Passivo de arrendamento	3.101	3.376	-	-	5.477
<b>Total</b>	<b>521.711</b>	<b>870.373</b>	<b>1.477.081</b>	<b>3.809.979</b>	<b>6.679.144</b>
<b>31/12/2024</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	14.061	-	-	-	14.061
Debêntures	270.087	535.750	747.562	2.879.489	4.432.888
Incentivos de longo prazo	-	42.368	-	-	42.368
Passivo de arrendamento	1.646	3.292	509	-	5.537
<b>Total</b>	<b>285.794</b>	<b>581.410</b>	<b>748.161</b>	<b>2.879.489</b>	<b>4.494.854</b>
<b>31/12/2025</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	201.833	35.105	-	-	236.940
Debêntures	431.753	866.997	1.477.081	3.809.979	6.585.810
Instrumentos financeiros derivativos	52.001	-	-	-	52.001
Incentivos de longo prazo	42.368	-	-	-	42.368
Passivo de arrendamento	25.180	24.730	15.168	9.615	74.993
<b>Total</b>	<b>753.135</b>	<b>926.834</b>	<b>1.492.249</b>	<b>3.819.594</b>	<b>6.991.812</b>
<b>31/12/2024</b>					
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	157.869	-	-	-	157.869
Debêntures	543.829	954.260	817.252	2.879.489	5.194.830
Empréstimos	103.428	243.390	-	-	346.818
Instrumentos financeiros derivativos	20.821	-	-	-	20.821
Incentivos de longo prazo	-	42.368	-	-	42.368
Passivo de arrendamento	30.099	8.983	1.229	-	40.311
<b>Total</b>	<b>856.046</b>	<b>1.249.001</b>	<b>818.481</b>	<b>2.879.489</b>	<b>5.803.017</b>

**Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras do exercício**  
Em observância às normas em vigor, constantes no inciso VI do § 1º do artigo 27 da resolução CVM nº 80 de 2022, os diretores da Origem Energia S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e autorizaram sua emissão e divulgação na presente data.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2026.  
**Luiz Felipe Coutinho Martins Filho** Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores  
**Daniel Guimarães Pache de Faria** Diretor Administrativo e Financeiro

Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra seu capital visando assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. Risco de preço: A Companhia está sujeita ao risco da variação dos preços do petróleo no mercado internacional, e utiliza-se de derivativos com finalidade de previsibilidade e proteção parcial contra as variações de preços em suas negociações. 29.4. Análise de sensibilidade: Os quadros apresentam o análise de sensibilidade de câmbio e juros, com base em cenários de que consideram variações de 10% e 20% de desvalorização para ativos e valorização para passivos, e seus respectivos impactos no resultado financeiro.

	Cenário base			Cenário -10%			Cenário -20%		
	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro
<b>(i) Sensibilidade de câmbio:</b>									
Taxa de câmbio R\$/US\$ em 31/12/2025	5.5024	6.0526	4.9522	4.9522	4.4019	4.4019	4.9522	5.5024	6.0526
Swap CDBs	1.000.000	900.007	900.007	900.007	799.996	799.996	900.007	900.007	900.007
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	-	<b>(99.993)</b>	-	<b>(200.004)</b>	<b>(200.004)</b>	-	-	-
<b>(ii) Sensibilidade de juros</b>									
Taxa DI/Selic em 31/12/2025	14.90	13.41	13.41	13.41	11.92	11.92	13.41	14.90	16.40
CDBs	221.709	218.834	218.834	218.834	215.959	215.959	218.834	221.709	224.584
Compromissadas	26.420	26.077	26.077	26.077	25.735	25.735	26.077	26.420	26.777
Fundos de renda fixa	1.005.870	992.826	992.826	992.826	979.782	979.782	992.826	1.005.870	1.018.816
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	-	<b>(16.262)</b>	-	<b>(32.523)</b>	<b>(32.523)</b>	-	-	-
<b>(iii) Sensibilidade de preço</b>									
Taxa IPCA LTM em 31/12/2025	4.26	3.83	3.83	3.83	3.41	3.41	3.83	4.26	4.68
Swap debentures (ORIG11)	385.151	383.563	382.011	382.011	379.563	379.563	382.011	385.151	389.663
Swap debentures (ORIG12)	877.157	873.539	870.006	870.006	866.473	866.473	870.006	873.539	876.999
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	<b>(5.206)</b>	<b>(10.291)</b>	-	<b>(16.262)</b>	<b>(16.262)</b>	-	-	-
<b>Passivos</b>									
Taxa DI/Selic em 31/12/2025	14.90	16.39	16.39	16.39	17.88	17.88	16.39	14.90	16.40
Swap CDBs	1.149.000	1.163.900	1.178.800	1.178.800	1.193.700	1.193.700	1.163.900	1.149.000	1.163.900
Swap debentures (ORIG12)	150.000	165.000	180.000	180.000	195.000	195.000	165.000	150.000	165.000
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	<b>(29.900)</b>	<b>(59.800)</b>	-	<b>(59.800)</b>	<b>(59.800)</b>	-	-	-

A tabela de sensibilidade abaixo analisa a variação no preço do Brent em três cenários: (i) cenário base considerando os últimos preços de fechamento no mercado dos contratos futuros em aberto; e os demais cenários com desvalorização para contratos ativos e desvalorização para contratos passivos em (ii) cenário I, de 10% sobre os preços do cenário base; e (iii) cenário II, de 20% sobre os preços do cenário base. A Companhia considera que essa métrica é a mais adequada para análise de sensibilidade dos cenários apresentados.

	Cenário base			Cenário -10%			Cenário -20%		
	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro	Ativos	Passivos	Efeito do resultado financeiro
Contratos de opção de venda de óleo comprados	406.627	365.964	325.302	365.964	325.302	325.302	406.627	365.964	325.302
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	<b>(40.663)</b>	<b>(81.325)</b>	-	<b>(81.325)</b>	<b>(81.325)</b>	-	-	-
<b>Passivos</b>									
Contratos de opção de compra de óleo vendidos	441.843	486.027	530.212	486.027	530.212	530.212	441.843	486.027	530.212
<b>Efeito do resultado financeiro</b>	-	<b>(44.184)</b>	<b>(88.369)</b>	-	<b>(88.369)</b>	<b>(88.369)</b>	-	-	-

Considerando que os impactos financeiros das perdas da variação dos derivativos de proteção de preço, tem efeitos opostos ao impacto na receita líquida da Companhia, os efeitos líquidos no resultado seriam parcialmente compensados. 30. Contingências: A Origem Energia é parte em um processo administrativo para apresentação de documentação à auditoria da superintendência regional do trabalho. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda do processo é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. O valor estimado de risco associado à contingência é considerado de pouca relevância, não impactando as demonstrações financeiras de forma significativa. A Origem Energia é parte em um auto de infração por deixar de preencher percentual de cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda do processo é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. O valor estimado de risco associado à contingência é considerado de pouca relevância. A Origem Energia é responsável solidária em reclamações trabalhistas, com valor estimado de R\$ 345 em 31 de dezembro de 2025. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda dos processos é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência.

**Diretoria**  
**Daniel Guimarães Pache de Faria** Diretor Administrativo e Financeiro  
**Helder Renato Lima de Castro** Gerente de Contabilidade - CRC/RJ-128793/O-6

**Luiz Felipe Coutinho Martins Filho** Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

contingência. A Origem Alagoas é parte em três autos de infração, recebidos no primeiro semestre de 2024, com valor estimado de R\$ 294.976. Os autos de infração versam sobre a cobrança de ICMS na transferência para consolidação da produção bruta de gás natural e petróleo entre as filiais da Controlada no Estado de Alagoas, para o período de fevereiro/2022 a dezembro/2023, entendendo a SEFAZ/AL como não aplicáveis para este período: (i) os preceitos da jurisprudência consolidada pela ADC 49 no STF e; (ii) a ausência do caráter mercantil da produção obtida diretamente do processo de exploração, quer seja gás natural não processado e petróleo bruto. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, apresentou defesa administrativa nos três autos de infração. Avalia-se que a probabilidade de perda destes processos é de possível com viés de remoto, não constituindo assim registro de provisão para estes. A Origem Alagoas é parte em processo de execução fiscal municipal por taxa de instalação de antenas, com valor estimado de R\$ 386, com decisão judicial de 1ª instância favorável à Companhia, proferida em abril de 2024, e seguro garantia apresentado desde a propositura dos embargos à execução. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda de parte dos processos é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. A Origem Alagoas é parte em reclamações trabalhistas, com valor estimado de R\$ 523 em 31 de dezembro de 2025. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda dos processos é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. A Origem Alagoas é parte de notícias fato sobre irregularidades de jornada de trabalho e apresentação de documentos de estagiários, verificação de preenchimento de cotas para PCD/Reabilitados do INSS, irregularidades de saúde ocupacional, segurança de trabalho e outras irregularidades. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda da ação é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. O valor estimado de risco associado à contingência é considerado de pouca relevância. A Origem Alagoas é parte em autos de infração, com valor estimado de R\$ 111 em 31 de dezembro de 2025, por deixar de preencher percentual de cargos com pessoas reabilitadas ou com deficiência, e dispensa sem contratação prévia de substituto. A Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia que a probabilidade de perda do processo é possível, e, portanto, não constituindo provisão para tal contingência. 31. Seguros: A Companhia adota política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos. A seguir, demonstramos os principais interesses cobertos e seus respectivos limites de indenização em 31 de dezembro de 2025:

Seguro/Modalidade	Importância segurada
Risco de Petróleo	406.873
D&O	50.000
Seguro de descomissionamento	49.287
Seguro para riscos ambientais	10.000
TAMAC	77.200
Seguro PTI/PEM	9.170
Seguro de Vida	13.766
Seguro Garantia	23.726
Fiança	18.084
<b>Total Segurado</b>	<b>658.106</b>

Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício e são renovadas anualmente. 32. Compromissos: Compromissos relacionados ao "PEM": Conforme valores demonstrados na nota explicativa 1, a Companhia possui obrigações relativas à execução de Programa Exploratório Mínimo proveniente dos contratos de concessão de campos adquiridos em Oferta Permanente da ANP. Compromissos relacionados aos contratos de fornecimento gás: A Companhia possui compromissos assumidos contratualmente relacionados ao fornecimento de gás, estabelecendo quantidades diárias contratadas ("QDC"), com (i) Companhia de Gás da Bahia ("BahiaGás") de 1.033 mil m3 até dezembro de 2026; (ii) Algas - Gás de Alagoas S.A. ("Algas") de 220 mil m3 até dezembro de 2027 e 120 mil m3 até dezembro de 2028; (iii) Companhia Siderurgica Nacional S.A. ("CSN") de 100 mil m3 até seu término em dezembro de 2026; (iv) J&F S.A. de 60 mil m3 até dezembro de 2026 e; (v) Edge Comercialização S.A., ("Edge") de 50 mil m3, até dezembro de 2026. A Companhia está sujeita ao pagamento de penalidades financeiras pela falha no fornecimento QPD (Quantidade Diária Programada) ou entrega fora das especificações contratadas. As penalidades serão calculadas com base na quantidade faltante e preço da molécula ou gás vigentes no dia do descumprimento, mediante emissão de documento de cobrança pelos clientes. 33. Eventos subsequentes: Aquisição de participação em geradora de energia elétrica (Benefício de produção): Em 19 de janeiro de 2026, a Companhia adquiriu participação indireta em projeto de geração de energia elétrica integrante do Complexo Eólico Serra do Tigre, localizado nos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, por meio da aquisição de participação societária na TGR Subholding 7 S.A., pelo montante de R\$ 10.448. A transação resultou em uma participação de 30,42% no capital votante da investida, com participação econômica efetiva de 1,49%, considerando a estrutura de capital da sociedade. A operação está alinhada à estratégia da Companhia de viabilizar a autoprodução de energia elétrica, com foco na otimização de custos operacionais, podendo usufruir dos benefícios de autoprodução de energia elétrica, incluindo a redução de encargos setoriais. Leilão nº 2/2026 da ANEEL (Contratação de potência elétrica): Em 18 de março de 2026, a Origem Pilar sagrou-se vencedora de, aproximadamente, 330MW de capacidade instalada em 2028 e, aproximadamente, 50MW de capacidade instalada em 2029 no âmbito do Leilão de Reserva de Capacidade de 2026 ("LRCA 2026"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado, a Companhia implantará, no município de Pilar, no Estado de Alagoas, as primeiras usinas termelétricas da região. O projeto envolve investimentos estimados em aproximadamente R\$ 2,0 bilhões.

**Diretoria**  
**Daniel Guimarães Pache de Faria** Diretor Administrativo e Financeiro  
**Helder Renato Lima de Castro** Gerente de Contabilidade - CRC/RJ-128793/O-6

**Luiz Felipe Coutinho Martins Filho** Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Origem Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Origem Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras do Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** Conforme descrito nas notas explicativas 2.19 e 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita da Companhia e de suas controladas derivam substancialmente da venda de petróleo, gás natural e de subprodutos. A receita de vendas é reconhecida quando ocorre a transferência do produto ao cliente e a obrigação de desempenho definida em contrato é satisfeita, conforme prezado pelo pronunciamento contábil CPC 47 - "Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer)". Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, a relevância dos valores envolvidos e a existência de diferentes naturezas de vendas de produtos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a manterem processos para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção do entendimento sobre o fluxo de reconhecimento de receitas considerando a natureza das principais linhas de receita da Companhia, aspectos contratuais, entre outros; (ii) leitura dos principais contratos com clientes e o entendimento dos termos relevantes para o reconhecimento da receita; (iii) testes, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência correto; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.19 e 25, no contexto das de-

monstrações financeiras tomadas em conjunto. Capitalização de gastos no ativo imobilizado: Conforme divulgado nas notas explicativas 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro 2025 a Companhia e suas controladas capitalizaram no ativo imobilizado o montante de R\$ 712.856 mil. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria em função do risco de que custos que não satisfizessem os critérios de capitalização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, notadamente o pronunciamento contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16 - property, Plant and Equipment), sejam incorretamente contabilizados no balanço patrimonial, em vez de serem contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Dessa forma, a determinação se um gasto deve ser capitalizado envolve uma avaliação relevante por parte da Companhia, a qual deve demonstrar que os critérios estabelecidos para a capitalização de custos foram atendidos. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, (i) entendimento do fluxo de informações relacionado à identificação e valorização dos custos capitalizados; (ii) O acompanhamento dos projetos associados, avaliando se tais ativos são passíveis de capitalização; (iii) o entendimento do benefício econômico futuro gerado para os itens capitalizados; e (iv) o exame, em base amostral, dos itens capitalizados para avaliar se todos os critérios estabelecidos para a capitalização de custos foram atendidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para capitalização no ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.11 e 13, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de qualquer fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elabora-

ção das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser devidas a fraude ou erro e não são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada das demonstrações financeiras, inclusive as distorções de erro, que possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, de base contábil de continuidade operacional e, com base corroboração de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa